



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal  
Subsecretaria de Controle Interno

### RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 07/2015 – DIRPA/CONAP/SUBCI/CGDF

Unidade: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

Processo: 480.000.101/2015

Assunto: Auditoria de Pessoal

Folha:  
Proc.:  
Rub.:..... Mat. nº.....

Senhor Diretor,

Apresentamos os resultados dos trabalhos atinentes à auditoria levada a efeito na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, nos termos da determinação do Senhor Subsecretário de Controle Interno, conforme Ordem de Serviço nº 10/2015-SCI/CGDF.

#### I – INTRODUÇÃO

Trata o presente relatório de auditoria de pessoal, objetivando atender ao artigo 2º do Decreto nº 36.273, de 16 de janeiro de 2015, referente ao pagamento de Horas Extras, na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em cumprimento ao mandamento no art. 77 da Lei Orgânica do Distrito Federal; considerando ainda o disposto na Lei nº 3.105/2002, alterada pela Lei nº 3.163/2003; tendo em vista o que determina o art. 1º, § 3º, do Decreto nº 30.325/2009 e o art. 1º do Decreto nº 31.605/2010 e cumprimento da determinação contida na Ordem de Serviço nº \*\*\*/\*\*\*\*-SCI/CGDF.

#### II – DA ANÁLISE

Preliminarmente, cumpre ressaltar que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF vem prestando esclarecimentos e justificativas de fatos semelhantes aos abordados nessa auditoria em decorrência dos seguintes relatórios de auditoria: Relatório nº 03/2011-DIFIP/CONT/STC, referente ao exercício de 2010, Relatório de Auditoria nº 01/2011-DIRPA/CONAP/CONT/STC, referente ao exercício de 2011, Relatório de Auditoria Especial nº 01/2013 – DISED/CONAS/CONT-STC, referente ao exercício de 2012 e o Relatório de Inspeção nº 01/2015 referente o exercício de 2013.



Além disso, tendo em conta a motivação apontada no Decreto nº 36.273/2015, foram realizados exames por amostragem, na extensão julgada necessária e nas circunstâncias apresentadas, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis ao serviço público, com o objetivo de avaliar o pagamento da rubrica Hora Extra na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, competência Out/2014, em desacordo com o Decreto nº 35.943, de 24 de outubro de 2014.

A amostra foi selecionada com base nos 44 volumes gerados para avaliação das horas extras, referentes ao mês de outubro/2014, dos quais requerem pagamento acerca de 7.000 servidores, para um valor total de R\$ 19.244.070,72, segundo o Memo nº 003/2015-CPACFHE/GAB/SES/DF.

Os pontos de controle foram selecionados a partir da análise de riscos que levaram em consideração a complexidade inerente às circunstâncias do pagamento das rubricas referentes a Hora Extra.

Apresentam-se, a seguir, os resultados dos trabalhos.

### III – RESULTADO DOS EXAMES

#### *Horas Extras*

O objetivo do exame desse ponto crítico de controle constitui em verificar se as horas extras realizadas de outubro/2014 estão de acordo com o que dispõem os atos normativos de regência para pagamento.

#### **QUESTÃO DE AUDITORIA 1**

*Os processos de concessão e pagamento de horas extras estão de acordo com os atos normativos de regência?*

##### **1.1 – Descumprimento de Leis, Decretos, Portarias e Circulares quanto a aplicabilidade e uso de serviço com horas extraordinárias.**

##### **1.1.1 – Realização de horas extras em desconformidade com o Decreto nº 35.943/2014.**

O artigo 37 da Constituição Federal dispõe:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência*



e, também, ao seguinte: [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#) (Grifamos).

O Princípio da Legalidade é uma das maiores garantias dos administradores frente o Poder Público. Nas relações de Direito Privado é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, com base no Princípio da Autonomia da Vontade. Já com relação à Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza, isto está expresso no caput do artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

Em 28/10/2014 foi publicado no DODF o Decreto nº. 35.943, de 24/10/2014, que versava sobre normas e medidas de contenção de despesas no âmbito do Poder Executivo Distrito Federal.

*Art. 1º É vedado a todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, dependentes do Tesouro Distrital, inclusive os custeados com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF, deferirem e realizarem novos empenhos e compromissos de despesa com hora extra, gratificação de serviço voluntário, diária, passagem, periódico, capacitação de pessoal, ampliação de carga horária, concessão de abono pecuniário, adiantamento de férias e de 13º salário, ressaltados os adiantamentos previstos em acordos coletivos de trabalho, a partir da data de publicação deste Decreto.(Redação dada pelo Decreto 36.007, de 12/11/2014 )* (Grifamos).

Contudo, conforme informações do Sistema Único de Gestão em Recursos Humanos – SIGRH e processos de horas extras de outubro, novembro e dezembro/2014, a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF continuou permitindo a elaboração de escalas com serviços extraordinárias. Tal situação contrariou o princípio da legalidade, cabendo responsabilização aos gestores, haja vista a indisponibilidade do interesse público.

### **Manifestação do Gestor**

Não é possível o cumprimento na íntegra e constantemente de Leis, Decretos, Portarias e Circulares, quando se trata da saúde de uma população estimada em 2 milhões e meio de habitantes.

O serviço extraordinário é utilizado por 22(vinte e duas) Unidades de Saúde incluindo todos os hospitais secundários e terciários e as UPAS, além do SAMU, Regulação de leitos de UTI, Programas de Fila zero de ortopedia em 05 hospitais e outros serviços de menor porte.

O Decreto nº 35.943 de 24 de Outubro/2014 foi publicado no DODF de 28 de Outubro de 2014, portanto quando as horas extras solicitadas para o mês de



Outubro praticamente já estavam realizadas, não podendo ser canceladas ou não pagas. O Decreto foi publicado por razões exclusivamente financeiras do Governo do Distrito Federal à época, não podendo a Secretaria de Estado de Saúde pactuar e cumpri-lo já que havia risco iminente de desassistência a população.

As horas prestadas pelos servidores sejam elas contratuais ou extras, se confirmadas efetivamente prestadas devem ser pagas conforme determinado pelos direitos trabalhistas. A escala com serviço extraordinário ou contratual programadas com 2 meses de antecedência, não pode ser cancelada ou remanejada a partir da data exata de um Decreto, pelo menos quando se trata de atendimento hospitalar e pré-hospitalar para restabelecimento da saúde do cidadão.

O aumento das horas extras ocorreu a partir de 2013, pois segundo os dados da comissão, em 2011 e 2012, o número de horas extras utilizadas se manteve em 150.000(cento e cinquenta mil).

A partir de 2013 os valores pagos pelo serviço extraordinário aumentaram devido a diversos fatores, como por exemplo: abertura de serviços, ampliação e criação de leitos de UTIs, compra de aparelhos para os centros cirúrgicos, que demandaram mais pessoal. Por outro lado aposentadorias, exonerações, retratações e afastamentos também contribuíram para o aumento do déficit de pessoal. Além disso há de se considerar o aumento salarial dado a diversas categorias e a redução da carga horária de 30 para 24 horas, a concessão de 20 dias de férias semestrais, também contribuiu para o aumento do déficit desde a sua autorização.

Em 2014 foi um ano atípico, de crescimento das horas extras, devido a mudança de rotina das Unidades hospitalares para atendimento as exigências da FIFA para a COPA DO MUNDO 2014, além da FANFEST, festa promovida pela FIFA porém paga pelo GDF. As providências adotadas pela Secretaria de Estado de Saúde para redução das horas extras dependem dentre outras coisas, do Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, pois para nomeação, contratação e ampliação de jornada de trabalho há necessidade primeiramente de autorização do GDF.

Outras providências estão sendo adotadas após o Decreto nº 36.279 que declarou situação de emergência, podendo o Secretário de Saúde adotar medidas para redução ou minimização do déficit de pessoal nas unidades de saúde.

A redução dos valores pagos de horas extras será possível conforme forem realizadas as medidas necessárias para cobrir o déficit de pessoal da Rede Pública de Saúde.

Diante do exposto não cabe abertura de processo Administrativo disciplinar para apuração da responsabilidade dos gestores que permitiram a realização das horas extras a despeito de expressa proibição no Decreto nº 35.943/2014.



## Análise do Controle Interno

A manifestação do gestor confirma o não cumprimento dos dispositivos legais para concessão de horas extras no âmbito da SES/DF. As justificativas não são razoáveis quanto à legalidade dos atos praticados no que se refere a gestão da administração de pessoal, uma vez evidenciada a dependência da utilização de horas extras para manutenção das escalas.

Ainda, foi constatado o descumprimento do disposto no Decreto nº 35.943/2014. Aos gestores públicos, somente cabe fazer o que a lei autoriza e não há possibilidade de descumprimento de comandos legais sem que ocorra a responsabilização dos agentes que deram causa à ilegalidade.

## Recomendação

Abrir procedimento administrativo para apuração da responsabilidade dos gestores que permitiram a realização de horas extras a despeito de expressa proibição no Decreto nº 35.943/2014.

### 1.1.2 – Pagamento das horas extras realizadas em outubro/2014 sem regulamentação.

Conforme informações do SIGRH, o gráfico abaixo demonstra o refreamento do pagamento de horas extras nas competências novembro e dezembro/2014, em decorrência da aplicação do Decreto nº 35.943/2014.

Gráfico 1



Fonte: SIGRH

Em 2015, foi publicado o Decreto nº 36.273/2015 com o seguinte texto:



[...]

*Art. 2º Os serviços extraordinários autorizados até esta data pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal em desacordo com o Decreto nº 35.943, de 24 de outubro de 2014, serão pagos após ratificados em auditoria realizada pela Controladoria Geral do Distrito Federal.[...]*

A partir de 23/01/2015, foi iniciada auditoria nos processos de horas extras na Secretaria de Estado de Saúde, com o objetivo de atender o artigo 2º do Decreto nº 36.273/2015.

Contudo, conforme informações do SIGRH, houve o lançamento e pagamento na competência de janeiro/2015, versão 06, as horas extras realizadas em outubro/2014, sem norma que autorizasse tal procedimento e avaliação desta Controladoria-Geral.

As horas extras realizadas em Outubro de 2014 pela SES/DF são objeto da análise da Ordem de Serviço nº 10/2015-SCI/CGDF, de 21 de janeiro de 2015, que constitui equipe para ratificação dos serviços extraordinários realizados em desacordo com o Decreto nº 33.943/2014.

Em 26/02/2015, foi publicado o Decreto nº 36.376/2015 com a seguinte retificação:

[...]

*Art. 1º O Art. 2º, do Decreto 36.273, de 16 de janeiro de 2015, passa vigorar com a seguinte redação: “Art. 2º Os serviços extraordinários autorizados até esta data pela Secretaria de Estado de Saúde, serão pagos, sujeitando-se a posterior auditoria da Controladoria-Geral do Distrito Federal.” Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.*

Apesar da alteração da redação do Decreto nº 36.273/2015, entendemos que o pagamento das horas extras de outubro/2014 deveria ocorrer apenas após a publicação do Decreto nº 36.376/2015. Desse modo, observou-se o pagamento das horas extras de outubro/2014 antes da publicação de norma que autorizasse referido procedimento.

### **Manifestação do Gestor**

A redução do pagamento das horas extras nas competências de novembro e dezembro/2014, não foi em decorrência da aplicação do Decreto nº 35.943/2014 e sim por falta de pagamento das horas extras realizadas em outubro/2014; Em seguida foi publicado o Decreto nº 36.032 de 20 de novembro de 2014 publicado em 21/11/2014 no DODF onde refere no seu Art.2º, que o total de cada uma das folhas de pagamento, referente aos meses de novembro e dezembro/2014 não poderiam ser superior ao total da folha de pagamento do mês de outubro/2014. Nesta data o sistema de lançamento das



horas extras da SES/DF foi bloqueado pela Secretaria de Administração Pública por falta de orçamento, segundo informado pelo próprio órgão.

Assim o serviço extraordinário foi realizado e não pago pela instituição, o que causou grande transtorno aos serviços de saúde, a partir desse momento os servidores se recusaram a cumprir a escala solicitada de horas extras, causando falta de atendimento nos prontos socorros, fechamento de leitos de UTI e cancelamento de cirurgias, inclusive dos programas de fila zero, que atendiam aos pacientes internados que aguardavam cirurgia de trauma ortopédico.

O lançamento e pagamento na competência de Janeiro/2015 das horas extras realizadas em outubro/2014 foi autorizada pela SEGAD/GDF após encaminhamento do cronograma de pagamento das horas extras da competência de 2014.

O referido pagamento foi de extrema importância para reabertura dos serviços que foram fechados, citados acima.

O Decreto nº 36.376, de 25/02/2015 refere: Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 36.273, de 16/01/2015. “Artº 2º Os serviços extraordinários autorizados até esta data pela secretaria de Saúde, serão pagos, sujeitando-se a posterior auditoria da Controladoria Geral do Distrito Federal”. Assim é improcedente referir que as horas extras de outubro foram pagas sem norma que autorizassem tal procedimento e avaliação desta Controladoria-Geral.

### **Análise do Controle Interno**

A SES/DF procedeu ao pagamento, em Jan/2015, de horas extras referente a Out/2014 sem o implemento da condição da análise prévia da Controladoria Geral do Distrito Federal, e sem autorização formal do Governo do Distrito Federal, em descumprimento ao Decreto nº 36.273/2015.

Somente após o pagamento, na competência Fev/2015, houve a edição do Decreto nº 36.376/2015 o qual estabelece à CGDF o controle posterior das horas extras pagas.

### **Recomendação**

1. Abrir procedimento administrativo para apuração da responsabilidade dos gestores que permitiram a realização de horas extras a despeito da condição expressa no Decreto nº 36.273/2015.
2. Abster-se de efetuar o pagamento de verbas remuneratórias sem norma autorizadora, especialmente nos casos em que o pagamento estiver suspenso.





### 1.1.3 Descumprimento das normas aplicadas para concessão da excepcionalidade das horas extras.

A Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, aborda o pagamento de horas extras aos servidores que atuam diretamente na saúde pública da seguinte forma:

[...]

*Art. 60. Para atender a situações excepcionais e temporárias do serviço, a jornada de trabalho pode ser ampliada, a título de serviço extraordinário, em até duas horas.*

*Parágrafo único. Nos casos de risco de comprometimento da ordem e da saúde públicas, o Governador pode autorizar, excepcionalmente, a extrapolação dos limites previstos neste artigo, para os servidores que atuem diretamente nas áreas envolvidas.(grifo nosso)*

[...]

Posteriormente, houve publicação do Decreto nº 33.550/2012, com os seguintes termos:

[...]

*Art. 3º A concessão de horas-extras será autorizada, em caráter excepcional, somente para as áreas de saúde e segurança pública.*

*§1º O quantitativo de horas-extras a serem executadas pelos órgãos de que trata o caput, será autorizado em reunião mensal do Conselho de Política de Recursos Humanos, para o mês posterior ao da realização da referida reunião.*

*§2º Para análise e parecer do Conselho de Política de Recursos Humanos, o órgão demandante, além do cumprimento do disposto no Decreto nº 33.234, de 29 de setembro de 2011, deverá fazer constar dos autos expediente contendo o quantitativo de horas-extras efetivadas no mês precedente à solicitação e no mesmo mês da solicitação referente ao exercício anterior.*

*§3º As horas-extras somente poderão ser realizadas após a publicação da autorização do Conselho de Política de Recursos Humanos e homologação do Governador do Distrito Federal no Diário Oficial do Distrito Federal.*

*§4º O agente público que der causa ao pagamento de horas-extras em desacordo com este Decreto, ficará sujeito às sanções e penas de responsabilização na forma da Lei.*

[...]

Foi pedido por meio da Solicitação de Auditoria nº 02 DIRPA/CAP/SCI/CGDF, item 1, as autorizações nos termos dos normativos supracitados.

*1. Apresentar cópia dos documentos que autorizaram as horas extras, do período de Out/2014 a Dez/2014, nos termos, do art. 60, da Lei Complementar nº 840/2011 e art. 3º, § 1º ao §4º do Decreto nº 33.550/2012.*

A SES/DF encaminhou o Ofício nº 321/2015 – GAB/SES/DF, em 23/02/2015, solicitando prorrogação do prazo com o seguinte teor:





*[...] parte da instrução processual é realizada por profissionais das unidades de saúde que utilizam as horas-extras e, portanto, foi necessário o envio da solicitação a essas unidades.*

No entanto, até o presente momento, não recebemos qualquer documentação que mencione autorização do CPRH e homologação do Governador.

### **Manifestação do Gestor**

A Comissão de avaliação das horas extras da SES/DF elaborou diversos processos de solicitação para autorização do serviço extraordinário com vistas a CPRH/SEAP/GDF conforme Decreto nº 33.550/2012, segue planilha com o número dos processos e data da autuação, anexa, porém a grande maioria foi restituído em 30/12/2014, com o seguinte despacho: Já foram realizadas e pagas não sendo mais objeto de análise-CPRH/SEAP. Esses processos foram devolvidos a SEGAD/GDF em 19/01/2015, para conhecimento da nova gestão e convalidação, visando regularização do serviço extraordinário utilizado pela SES/DF.

### **Análise do Controle Interno**

As leis, decretos e normativos da própria Secretaria não estão sendo cumpridos no que diz respeito à autorização em si dos valores e quantidade de horas para teto a serem estipulados e avaliados pelo Conselho de Políticas de Recursos Humanos – CPRH<sup>1</sup>, nem no que concerne à elegibilidade de servidores para prestarem serviços extraordinários.

O procedimento adotado pela SES/DF de solicitar convalidação de horas extras já realizadas não condiz com a determinação do Decreto nº 33.550/2012, o qual prescreve a realização de horas extras somente após a publicação da autorização do Conselho de Política de Recursos Humanos e homologação do Governador do Distrito Federal no Diário Oficial do Distrito Federal.

### **Recomendação**

Abrir procedimento administrativo para apuração da responsabilidade dos gestores que descumpriram o Decreto nº 33.550/2012.

#### **1.1.4 – Descumprimento de Decretos que exigiam a diminuição de horas extras como os Decretos nº 29.093/2008 e 30.929/2009.**

---

<sup>1</sup> O inciso VIII do artigo 6º do Decreto nº 36.240, de 02 de janeiro de 2015, dispõe que compete à GOVERNANÇA-DF deliberar sobre as decisões relativas à Política de Recursos Humanos que impliquem em aumento de despesa prevista no orçamento.



O Decreto nº 29.093/2008 em seu texto determinava à SES/DF o seguinte:

*Art. 1º. Determinar, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, que, pela eficiência e racionalização, efetue a redução, administrativamente, de 8% (oito por cento) da despesa mensal em horas extras a partir de 1º de julho de 2008.*

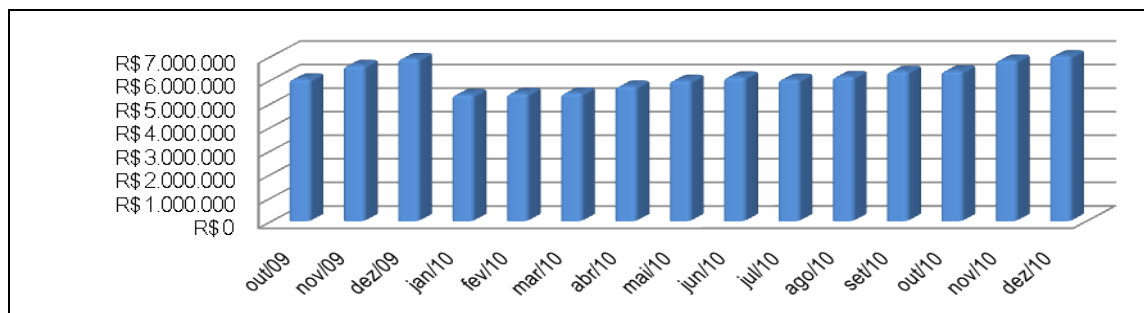
No Relatório de Auditoria nº 01/2011 - DIRPA/CONAP/CONT/STC, no item III.17.1 trazia o seguinte:

[...]

*Por meio do Decreto nº 30.929/2009, foi determinado à Secretaria de Estado de Saúde que, pela eficiência e racionalização, efetuassem a redução a partir de 01/12/2009, administrativamente, em 15% da despesa mensal com horas extras, até 31/12/2010. De acordo com o referido decreto, para fins de aferição dessa redução, deveria ser tomado como parâmetro o valor pago em outubro de 2009.*

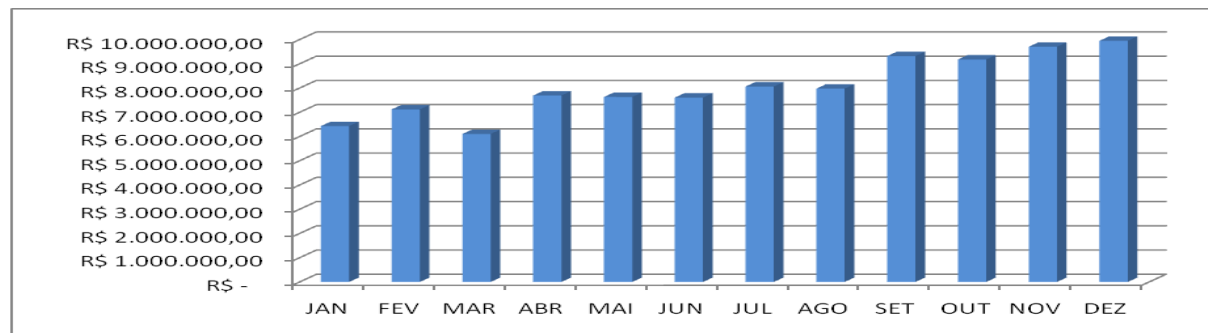
*Contudo, verificou-se, em geral, um acréscimo progressivo no ano de 2010, que continuou em 2011, conforme os gráficos a seguir:*

**FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM HORAS EXTRAS EM 2010**



FONTE: SIGRH

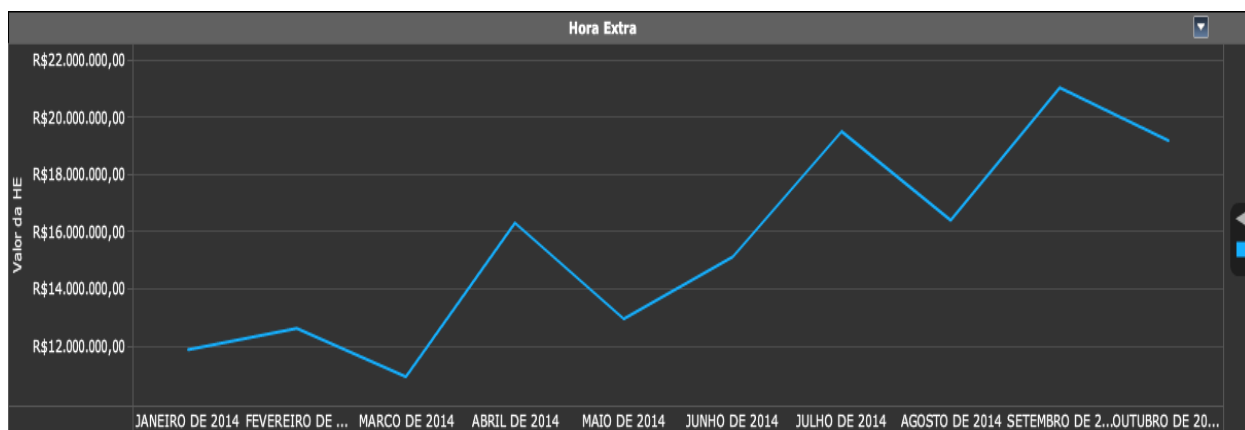
**FIGURA 2 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM HORAS EXTRAS EM 2011**



FONTE: SIGRH



Conforme o gráfico abaixo, observa-se que em 2014 os valores chegaram a superar o montante dos R\$ 20.000.000,00 em determinados meses, portanto três vezes mais que o valor praticado no início do ano de 2011.



Fonte: SIGRH

O gráfico abaixo aponta o acréscimo dos montantes pagos e das horas extras distribuídas:



Fonte: SIGRH

Apesar da publicação de normas solicitando diminuição da utilização de horas extras no âmbito da SES/DF, observa-se aumento vertiginoso dos montantes pagos nessa parcela.

## Manifestação do Gestor

O objeto da presente auditoria são os processos de utilização de horas extras referente a outubro/2014.



A SES depende da autorização do Excelentíssimo Governador do Distrito Federal e, por conseguinte dos valores disponíveis nos cofres públicos para contratação dos concursados, renovação dos contratos temporários, ampliação de jornada de trabalho e demais recursos para resolver o déficit de pessoal das Unidades de Saúde. Com o Decreto nº 36.279 de 19/01/2015, referente a situação de emergência, o gestor da pasta já tomou diversas medidas para ampliar o número de pessoal nas emergências, incluindo remanejamento de pessoal e fechamento de serviço.

### **Análise do Controle Interno**

A situação verificada em outubro de 2014 é consequência da falta de ações administrativas para atendimento das recomendações apontadas em relatórios de auditoria anteriores e, também, da desobediência dos decretos que determinaram a diminuição do número de horas extras concedidas.

### **Recomendações:**

1. Abrir procedimento administrativo para apuração da responsabilidade dos gestores que descumpriram a recomendação do Relatório de Auditoria nº 01/2011 - DIRPA/CONAP/CONT/STC e Decretos nº 29.093/2008 e 30.929/2009.
2. Promover a imediata diminuição dos valores pagos a título de horas extras.

### **1.1.5 – Descumprimento das orientações internas quanto à elegibilidade do servidor para trabalhar em horário extraordinário e inconsistências verificadas na competência outubro/2014.**

A Circular nº 03/2012-CPACFHE/SES/DF de 20/03/2012 estabelece no seu item 03, quais servidores não devem realizar horas extras:

“[...]

- a) *Servidores que NÃO cumprem rigorosamente a sua carga horária contratual;*
- b) *Servidores que apresentam atestados médicos recorrentes;*
- c) *Servidores que possuem qualquer tipo de restrição;*
- d) *Servidores que possuem Cargo comissionado;*
- e) *Servidores que são Coordenadores de Unidade e que NÃO realiza pelo menos 50% da sua carga horária contratual na assistência;*
- f) *Servidores com dois vínculos, casos excepcionais serão analisados pela Comissão;*
- g) *Servidores FALTOSOS em horas contratuais ou extras;*



*h) Servidores de ABONO, qualquer tipo de licença ou dispensa de ponto e aposentados.”*

Contudo, percebe-se que as unidades permanecem sem observar as orientações emitidas pela comissão, haja vista as situações elencadas no Anexo I. Tais ocorrências evidenciam falhas na gestão, tendo em vista o descumprimento das orientações internas emitidas pela própria SES/DF.

### **Manifestação do Gestor**

As orientações encaminhadas por meio das circulares da comissão são atendidas dentro das possibilidades de cada serviço, não podendo ser inflexíveis, pois cada unidade de saúde apresenta sua peculiaridade quanto ao serviço prestado, devendo sempre ser considerando em primeiro lugar o atendimento e benefício do paciente para reestabelecimento de sua saúde.

As situações descritas no Anexo I, serão encaminhadas para medidas correcionais e punitivas, com cópias dos memorandos a esse órgão (CGDF) se for o caso ou justificadas, no presente documento.

### **Análise do Controle Interno**

O descumprimento das orientações internas demonstra a não aderência à conformidade das normas no âmbito da SES/DF. Dessa forma, ficou evidenciado o não atendimento das orientações internas quanto à elegibilidade do servidor para trabalhar em horário extraordinário na competência outubro/2014.

### **Recomendações**

1. Corrigir as situações descritas no Anexo I.
2. Dar cumprimento às orientações institucionais internas quanto à elegibilidade do servidor para trabalhar em horário extraordinário.

#### **1.1.6 – Descumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias**

A publicação do Relatório de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre de 2014, conforme DODF nº 06, de 30 de janeiro de 2015, demonstra que os gastos com pessoal de 2014 estão próximos do limite máximo, que é de 49% das despesas do governo, e já ultrapassaram o limite prudencial de 46,55%.



O Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal, constante do Relatório de Gestão Fiscal do último quadrimestre de 2014, demonstra que o gasto com pessoal do Poder Executivo chegou a 46,93% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, em 0,38% o limite prudencial. Em reais, o montante de despesa com pessoal que excedeu o limite prudencial foi de R\$ 66.135.341,37, até o último quadrimestre de 2014.

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, traz no artigo 22, a seguinte redação:

[...]

*Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.*

***Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:***

*I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;*

*II - criação de cargo, emprego ou função;*

*III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;*

*IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;*

*V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias. (grifo nosso)*

Como o inciso V do artigo citado refere-se a “situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias”, transcrevemos o art. 45 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - Lei nº 5.164, de 26 de agosto de 2013:

[...]

*Art. 45. Caso a despesa de pessoal ultrapasse o limite de noventa e cinco por cento, a que se refere o art. 20 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000, a contratação de horas extras somente pode ocorrer para **atender, excepcionalmente, aos serviços finalísticos das áreas de saúde, segurança pública e unidades de internação de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, de forma a evitar situações de risco e prejuízos para a sociedade.** Parágrafo único. O Governo do Distrito Federal deve regulamentar os procedimentos necessários à aplicação do disposto no caput. (grifo nosso)*



De forma análoga, convém observar o preceito do artigo 42 da LDO 2015, a saber, Lei nº 5.389 de 13 de agosto de 2014, conforme excerto a seguir:

[...]

*Art. 42. Caso a despesa de pessoal ultrapasse o limite de noventa e cinco por cento, a que se refere o art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a contratação de horas-extras somente pode ocorrer para **atender, excepcionalmente, aos serviços finalísticos das áreas de saúde, segurança pública e unidades de internação de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, de forma a evitar situações de risco e prejuízos para a sociedade.***

***Parágrafo único. O Governo do Distrito Federal deve regulamentar os procedimentos necessários à aplicação do disposto no caput deste artigo. (grifo nosso)***

Além disso, o Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF emitiu a Decisão nº 5460/2014, alertando o Poder Executivo do Distrito Federal sobre a possibilidade de extrapolação do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal referente a despesa de pessoal, conforme abaixo:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do Poder Executivo do Distrito Federal, referente ao 2º quadrimestre de 2014, publicado no DODF de 25.09.14 (e-DOC 545C0A80); b) do Roteiro de Acompanhamento e Análise do RGF do Poder Executivo do Distrito Federal, relativo ao 2º quadrimestre de 2014 (e-DOC 5B817BE3); c) da Informação nº 28/14-NAGF/Semag; II – ressaltados os apontamentos registrados na referida informação, considerar cumpridos, em relação ao 2º quadrimestre de 2014, os limites de despesas com pessoal, de endividamento público e de contratação de operações de crédito, bem como atendidas as exigências constantes dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) quanto à publicação do Relatório de Gestão Fiscal analisado; III – em cumprimento ao disposto no art. 59, § 1º, inciso II, da LRF, alertar o Senhor Governador e a Secretaria de Estado Fazenda do Distrito Federal quanto à extrapolação de 90% do limite máximo de 49% estabelecido para despesas com pessoal do Poder Executivo local, ocorrida no 2º quadrimestre de 2014; IV – determinar à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal que, na qualidade de órgão central de contabilidade e finanças do Distrito Federal, oriente as unidades gestoras integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Distrito Federal para que deixem de promover a apropriação de despesas com pessoal ativo no subitem de despesa "01 – Aposentadorias e Reformas", vinculado ao elemento de despesa "92 – Despesas de Exercícios Anteriores"; V – autorizar o arquivamento dos autos.*





Foram emitidos Decretos nº 35.943/2014, 36.007/2014 e 36.032/2014, com o objetivo de contenção de despesas do Poder Executivo do Distrito Federal. Contudo, a SES/DF continuou a realizar horas extras sem previsão legal e sem cumprimento do critério da excepcionalidade prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, quanto a vinculação das horas extras as áreas finalísticas, conforme informações do SIGRH e dos processos de horas extras.

### **Manifestação do Gestor**

Não cabe a Comissão de horas extras, responder sobre o assunto.

### **Análise do Controle Interno**

Verificou-se que não foram editados os regulamentos referentes aos serviços extraordinários, previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que amparassem as excepcionalidades dos serviços finalísticos da área de saúde.

Sobre a manifestação do gestor, deve-se ressaltar que os questionamentos da auditoria não foram encaminhados a servidor específico ou a determinada repartição, mas sim ao órgão. Assim, não é satisfatória a alegação de que a averiguação dos pontos citados não seria de competência de determinado agente ou divisão interna da Secretaria.

### **Recomendação**

Dar ciência a Subsecretaria de Tomada de Contas Especial para promover a instauração de TCE contra os agentes que deram causa ao pagamento a realização de serviços extraordinários em outubro, novembro e dezembro/2014, haja vista as vedações constantes na LDO e nos Decretos nºs 35.943/2014, 36.007/2014 e 36.032/2014.

#### **1.1.7 – Falta do critério da excepcionalidade na concessão de horas extras**

O quadro abaixo contém a demonstração da utilização de Horas Extras da SES/DF segmentado por carreiras, o qual descreve a regularidade de cumprimento dos serviços extraordinários.

Quantidade de Horas Extras por Carreira

Carreira	Setembro 2012	Setembro 2013	Setembro 2014
Assistência Pública a Saúde	74.094	135.501	205.789
Cirurgião-Dentista do QPDF	438	4.888	276



<b>Contrato Temporário</b>	1.127	2.237	9.698
<b>Enfermeiro do QPDF</b>	20.383	25.297	46.862
<b>Medica do QPDF</b>	37.952	43.733	42.095
<b>Políticas Públicas e Gestão Governamental do DF</b>	875	1.642	3.734
<b>Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária a Saúde</b>	261	54	138
<b>TOTAL</b>	135.130	213.352	308.592

Fonte SIGRH

Conforme demonstra a tabela anterior, adotando-se setembro como mês de referência, houve uma expressiva elevação na quantidade de horas extras utilizadas nos exercícios de 2012, 2013 e 2014, mesmo com o aumento do número de servidores, passando de 30.912 em setembro/2012 para 32.737 em setembro/2014.

Vale destacar que o somatório de horas extras por carreira, que em setembro de 2012 era de 135.130 saltou para 308.592 em setembro de 2014, representando um aumento de 228% na frequência de horas extras da SES/DF.

Ainda, é facilmente percebido o crescimento de horas extras da carreira Assistência Pública, que era de 74.094 em setembro de 2012, chegando a 205.789 em setembro de 2014, resultando em um aumento de 277%.

### Manifestação do Gestor

A Secretaria de Saúde utiliza o serviço extraordinário para cobertura das escalas mínimas necessárias para o atendimento à população, além de cobrir afastamentos Legais. O serviço extraordinário deve estar disponível sempre que for necessário, evitando a desassistência aos pacientes principalmente os que procuram os prontos socorros, os internados nos leitos de UTI e para os que aguardam cirurgia.

A elevação do número de servidores foi para abertura de serviços e ampliação de outros, e alguns aumentos foram temporários, conforme o próprio nome refere foram contratos temporários que se acabaram deixando mais déficit. Segue abaixo a relação dos motivos do aumento da prestação do serviço extraordinário nos referidos anos.

- Todos os hospitais passaram por reforma, com ampliação e criação de novos serviços;

Hospital de Planaltina- Ampliação do Pronto Socorro.

Hospital de Sobradinho- Construção do Bloco Materno-Infantil.

Hospital de Taguatinga- Reforma com ampliação do Pronto Socorro

Hospital da Ceilândia- Reforma do Centro Cirúrgico

Hospital do Gama- Reforma e ampliação do Pronto Socorro e da UTI

- Aparelhos de Tomografia de toda Rede foram consertados.



- Criação do Serviço de Hemodinâmica do HBDF que faz cateterismo e angioplastia, com funcionamento 24 horas;
- Ampliação do número de leitos de UTI, antes eram 206 leitos, atualmente são 437 leitos dentro da própria rede;
- Inauguração de 09 Clínicas da Família e ampliação do número de equipes de saúde, antes eram 123 atualmente são 260;
- Implantação do Hospital da Criança José de Alencar;
- Reforma de 40 Centros de Saúde;
- Inauguração de 05 Unidades de Saúde Mental;
- Modernização da Rede com prontuário eletrônico e o Ponto Eletrônico;
- Inauguração da UPA Sam
- Gestão do Hospital de Santa Maria pela SES/DF
- Criação da Sala de Trauma do HBDF
- Aumento do nº de viaturas do SAMU no DF
- Aumento dos Programas de Fila Zero na Rede
- Implantação do Acolhimento com Classificação de Risco
- Inauguração da UPA do Recanto das Emas, São Sebastião, Núcleo Bandeirante,
- Ceilândia e Sobradinho;
- Criação da Sala de Trauma no Hospital do Guará e da Ceilândia;
- Criação da UTI Neurotrauma e Coronariana do HBDF;
- Ampliação do Box de Emergência do Hospital de Sobradinho
- Ampliação do horário de atendimento e criação do ACR em outras especialidades na Rede
- Gestão do laboratório do Hospital de Santa Maria
- Ampliação na Regulação de leitos (UCEST e INCOR)
- Reabertura do Pronto Atendimento do CS NB
- Bloqueio da entrada da Dengue no DF
- Circuito SAÚDE PARA TODOS
- Vacinação HPV
- Início dos MUTIRÕES DE PROCEDIMENTOS ELETIVOS com pagamento de horas extras

### **Análise do Controle Interno**

A SES/DF tem historicamente utilizado, de forma indevida, horas extras como instrumento de composição de escalas de serviço. Entretanto as horas extras, conforme determina art. 60 da Lei Complementar nº 840/2011, devem ser utilizadas somente em casos excepcionais.

Os esclarecimentos prestados não são suficientes para justificar a manutenção e o aumento de horas extras, vez que se trata de parcela excepcional e eventual.

### **Recomendação**



1. Atentar para o critério de excepcionalidade para a realização de horas extras, conforme dispõe a Lei Complementar nº 840/2011.
2. Abrir procedimento administrativo para apuração da responsabilidade dos gestores que permitiram a utilização de horas extras em desconformidade com a lei.

## QUESTÃO DE AUDITORIA 2

***Os procedimentos de controle e conferência da Comissão Permanente de Pagamento - CPACFHE de Horas Extras são adequados?***

### **2.1 – Falhas nos controles internos das análises de concessão de horas extras e descumprimento das regulamentações instituídas pela SES/DF.**

#### **2.1.1 – Número insuficiente de servidores para compor a Comissão Permanente de Avaliação, Controle e Fiscalização de Horas Extras.**

A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal instituiu Comissão Permanente de Avaliação, Controle e Fiscalização das Horas Extras – CPACFHE, de acordo com a Portaria nº 19, de 1º de março de 2011, cujo excerto segue:

*“Art. 1º Instituir Comissão Permanente, composta pelos servidores abaixo relacionados para, sob a coordenação do primeiro, avaliar, controlar e fiscalizar a utilização das horas extras na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. CLÁUDIA MACHADO DE SOUSA, matrícula 137.346- 3, MARINEUSA APARECIDA BUENO, matrícula 145.458-7, ROSIMAR DE OLIVEIRA CAMPOS, matrícula 172.482-7, ISABEL DOS REIS SILVA OLIVEIRA, matrícula 1432.316-8.*

*Art. 2º A Comissão Permanente será subordinada ao Subsecretário de Atenção a Saúde. Parágrafo único. A Comissão reunir-se-á sempre que a demanda assim o requerer, sem prejuízo das atribuições habituais de seus integrantes.*

*Art. 3º À Comissão Permanente compete:*

*I - Receber os processos referentes à solicitação de horas extras das Unidades Hospitalares e de Outros Serviços da SES/DF endereçados a Subsecretaria de Atenção a Saúde;*

*II - Coletar os dados referentes aos processos como: serviço solicitante; data de entrada; número do processo; número de horas extras solicitadas por categoria e serviço executado; data da saída; destino e número de horas extras autorizadas;*

*III - Analisar o número de horas semanais necessárias no serviço, número de horas existentes, número de horas bloqueadas permanentes e temporárias e déficit de horas da unidade;*

*IV - Analisar a distribuição da carga horária contratual e de horas extras de cada unidade/serviço solicitante;*

*V - Analisar o número de horas extras solicitadas, se dentro do teto estipulado para cada Unidade/serviço;*



- VI - Analisar a produtividade dos Núcleos/Unidades/Serviços que utilizam o serviço extraordinário;*
- VII - Analisar o preenchimento dos Formulários já instituídos para a solicitação das horas extras de cada Unidade/serviço solicitante;*
- VIII - Controlar e fazer cumprir o teto de horas extras autorizado pelo Governador do Distrito Federal para a Secretaria de Estado de Saúde do DF;*
- IX - Apresentar relatório mensal do número de horas extras utilizadas pelas Unidades/Serviços por categoria;*
- X - Apresentar relatório mensal do número de profissionais a ser contratado para que as Unidades/ Serviços funcionem sem a utilização do serviço extraordinário;*
- XI - Restituir o processo às Unidades/Serviços para correção de irregularidades constatadas;*
- XII - Receber os processos referentes à solicitação de horas extras até o 15º dia do mês anterior ao mês de referência;*
- XIII - Encaminhar os processos referentes à utilização das horas extras ao Gabinete do Secretário de Saúde após análise e estando de acordo ou não com o pagamento;*
- XIV - Realizar visita às Unidades/Serviços que utilizam as horas extras sempre que houver necessidade de esclarecimentos e correções.*
- Art. 4º Ao Diretor do Hospital/Serviços compete:*
  - I - Encaminhar os processos referentes ao serviço extraordinário no prazo determinado;*
  - II - Avaliar a utilização das horas extras pelas unidades solicitantes a fim de otimizar o recurso existente;*
  - III - Responsabilizar-se pelas informações constantes nos processos e pelo fiel cumprimento das horas extras.*
- Art. 5º Ao Chefe do Núcleo/Unidades/Serviço compete:*
  - I - Encaminhar a solicitação à Direção da Unidade/Serviço no prazo estabelecido;*
  - II - Elaborar a escala atendendo a necessidade da população, principalmente nos serviços de emergência, com distribuição homogênea de profissionais por período e por setor.*

A CPACFHE, que a época de sua instituição, era composta por 04 membros, hoje conta com apenas um, a servidora de CPF (\*\*\*.007051-\*\*). Atualmente a Comissão conta com o apoio administrativo dos servidores de CPFs (\*\*\*.090961-\*\*), (\*\*\*.429917-\*\*) e (\*\*\*.320071-\*\*), que não membros da comissão.

Conforme informações do SIGRH de setembro/2014, o valor pago a título de horas extras, versão 06, foi de R\$ 21.020.270,46, para cerca de 40 processos de horas extras.

Constata-se que os gestores da Subsecretaria de Atenção à Saúde não definiram a recomposição dos membros da referida Comissão.

### **Manifestação do Gestor**

A Controladoria Geral do DF realizou a auditoria nos 46 (quarenta e seis) processos de outubro/2014 em 36 (trinta e seis) dias, com três auditores. Esses mesmos processos foram analisados pela segunda vez, ou seja finalizado em 10 dias pela Comissão de horas extras, para encaminhamento a folha de pagamento, que exige prazo para entrega, devido ao cronograma de pagamento



do GDF. Se houvesse o prazo de 36 dias para análise final dos processos muito provavelmente não teriam sido encontrados irregularidades nos processos.

A avaliação da Controladoria foi por amostragem, e o encontrado na maioria dos processos foi irregularidades individuais, ou seja, entre cerca de 7000 (sete mil) servidores realizando horas extras, 171 (cento e setenta e um) foram identificados e encaminhados para medidas correcionais, ou seja, 2,44%, portanto a amostragem não é significativa, quanto a ocorrência de irregularidades.

Ressaltamos que a avaliação das folhas de pontos manual e eletrônica é de responsabilidade da chefia imediata, seguida pelo Núcleo de Escalas e/ou Núcleo de Pessoal/Gerência de Pessoal de cada Unidade solicitante, portanto essas irregularidades serão encaminhadas para Corregedoria da Saúde para apuração.

Não é possível para Comissão de horas extras a avaliação de 7000 (sete mil) registros de frequência.

Quanto ao número de servidores da Comissão, são dois, um membro e a outra Coordenadora, com dois técnicos administrativos. Atualmente a avaliação das horas extras está sendo realizada pela DIPDEMA/SUGETES, onde há uma equipe com oito servidores. Aguardamos a Portaria da destituição da Comissão que deverá ser publicada até 18/05/2015.

A Comissão de hora extra passou a ser subordinada ao Gabinete do Secretário de Saúde por meio da Portaria nº 229 de 28/11/2011, assim não caberia a recomposição dos membros da Comissão pela Subsecretaria de Atenção a Saúde.

## **Análise do Controle Interno**

A manifestação do gestor corrobora com a identificação da insuficiência de membros da comissão para validação dos processos de concessão de horas extras. Deve-se ressaltar que, diferente da argumentação do gestor quanto ao percentual de erros encontrados, verificou-se que o percentual correto de erros detectados na amostra analisada foi de 51%, tendo em vista as 316 matrículas analisadas.

## **Recomendação**

Determinar ao setor responsável pela análise e concessão de horas extras que seja realizada avaliação de cada caso concedido, em decorrência do alto índice de erros encontrados.

### **2.1.2 – Do descumprimento dos artigos 4º e 5º da Portaria nº 19/2011-SES.**



Para a concessão e pagamento de horas extras na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, é formado um processo no qual são registradas as justificativas para autorização de tais pagamentos. No referido processo constam a relação de servidores beneficiados, a escala de serviço e o teto de horas extras estipulado pela CPACFHE, para cada unidade de saúde.

De acordo com o teor do art. 4º da Portaria nº 19/2011, compete ao Diretor das unidades de saúde:

- I - Encaminhar os processos referentes ao serviço extraordinário no prazo determinado;
- II - Avaliar a utilização das horas extras pelas unidades solicitantes a fim de otimizar o recurso existente;
- III - Responsabilizar-se pelas informações constantes nos processos e pelo fiel cumprimento das horas extras.

Conforme art. 5º da Portaria nº 19/2011, compete ao Chefe do Núcleo/Unidades/Serviço:

- I - Encaminhar a solicitação à Direção da Unidade/Serviço no prazo estabelecido;
- II - Elaborar a escala atendendo a necessidade da população, principalmente nos serviços de emergência, com distribuição homogênea de profissionais por período e por setor.

A Comissão Permanente de Horas Extras encaminhou a Circular 21/2013 CPACFHE/SES/DF, de 15/08/2013 as unidades que integram a SES/DF, a saber: HBDF, HMIB, CGSAN, CGSS, CGSP, CGSGU, CGST, CGSC, CGSBZ, CGSSAM (UPA SAM), CGSG, CGSPA, HAB, CGSRE (UPA RE), CGSSS (UPA SS), CGSCNBRFPW(UPA NB E PSA), HSVP, CGSSM, DIREG, DIURE (SAMU E SALA DE TRAUMA), CCOTH, DIAU (GRÁFICA), DISAM (CONSULTÓRIO DE RUA).

A referida Circular tratou da divulgação de normas a respeito do cumprimento de horas extras, das quais se destacam:

- “1 – A solicitação de horas extras é de responsabilidade da Chefia da Unidade e deve ser validada pelo Coordenador Geral de Saúde/Diretor.*
- 2 – O servidor escalado e o local de cumprimento das horas extras são de responsabilidade da Chefia imediata e deve ser atestada pelo Coordenador Geral/Diretor.*
- 3 – O cumprimento das horas extras é de responsabilidade do servidor e deve ser confirmado pelo Chefe da Unidade e pela Equipe.*
- 4 – O Núcleo de Escalas/N. Pessoal deve verificar o número de horas extras encaminhadas para pagamento e solicitar correções às Unidades que apresentarem inconsistências entre o solicitado e o registrado em Folha de Ponto Manual e Eletrônico, evitando o não pagamento das horas extras efetivamente cumpridas.”*





Assim, examinando os processos de autorização de pagamento do serviço extraordinário foram observadas as ocorrências de irregularidades, cujos exemplos seguem, referente a competência de outubro/2014:

Unidade	Processo	Cpf	Observação
<b>HBDF/SVO</b>	0270-001568/2014	(***.788261-**)	Servidor possui 11 faltas no mês. Nos dias 08 e 22 de outubro o servidor registrou 12 horas extras ininterruptas. Falha no somatório das horas extras diurnas e preenchimento manual. Na jornada regular do servidor não há intervalos para almoço com cumprimento de carga horária diária de 11 horas.
<b>HMIB</b>	0272-000750/2014	(***.162187-**)	Servidora cumpriu 96 horas extras no mês, com registro de 07 faltas e cumpriu mais de 11 horas extras por jornada.
<b>HMIB</b>	0272-000750/2014	(***.306835-**)	Servidora com 08 faltas de marcação de ponto. Realizou atividade de ensino/preceptorial em 04 dias. Servidora realizou 02 jornadas de 12 horas extras. Realizou 18 horas extras consecutivas entre os dias 25 e 26 de outubro.
<b>HMIB</b>	0272-000750/2014	(***.782844-**)	No espelho de ponto há o registro de 60 horas extras diurnas e 40 horas extras noturnas, totalizando 100 horas extras. Entretanto, no formulário 07 constam 30 horas extras diurnas e 65 horas noturnas, somando 95 horas extras no mês de outubro de 2014. No SIGRH consta o pagamento de 55 horas extras diurnas e 40 horas extras noturnas, num total de 95 horas. Nos dias 02 e 03, 19 e 20, 24 e 25, bem como nos dias 30 e 31 o servidor cumpriu jornada de 18 horas consecutivas. O parecer da Comissão Permanente de Avaliação de Horas Extras não apresenta análise dessa situação.
<b>HRAN</b>	0271-001166/2014	(***.422391-**)	O Núcleo de Escala e o Diretor da Unidade de Saúde encaminhou o valor das Horas Extras (R\$ 29.766,02) que ultrapassa o teto remuneratório do mês de referência outubro/2014.
<b>SAMU</b>	0060-011275/2014	(***.917363-**)	Servidor cumpriu 108 horas extras no mês. Consecutivas jornadas com carga horária de 24 horas. Observa-se que a carga horária contratual semanal é de 20h.
<b>SAMU</b>	0060-011275/2014	(***.205231-**)	Servidor cumpriu 88 horas extras no mês. Consecutivas jornadas com carga horária de 24 horas. Observa-se que a carga horária contratual semanal é de 20h.
<b>UPA CEILANDIA</b>	0276-001830/2014	(***.980361-**)	Horas extras em concomitância com a jornada regular de trabalho no dia 18 de outubro. Jornada superior a 24 horas.
<b>UPA CEILANDIA</b>	0276-001830/2014	(***.224951-**)	Servidor cumpriu 105 horas extras. Ausência de comprovação de frequência.
<b>RECANTO DAS EMAS</b>	0283-00299/2014	(***.595221-**)	No dia 08/10/2014 a servidora registrou 05 horas extras em concomitância com a jornada regular de trabalho.



Unidade	Processo	Cpf	Observação
UPA CEILÂNDIA	0276-001830/2014	(***.324572-**)	Servidor cumpriu 103 horas extras. Ausência de comprovação de frequência.
UPA CEILÂNDIA	0276-001830/2014	(***.80194-**)	No dia 10/10 a servidora registrou falta na lotação DRS - Samambaia e realizou horas extras das 7 as 19 horas na lotação UPA da Ceilândia.
HSVP	0288-000137/2014	(***.813046-**)	Espelho de ponto sem assinatura do servidor.
UPA CEILÂNDIA	0276-001830/2014	(***.625671-**)	Servidor cumpriu horas extras no período de férias.
HRGU	0273-000461/2014	(***.408731-**)	36 HE solicitadas e pagas, mas o valor pago, R\$ 6.834,37, é diferente do informado no processo. Entretanto, na folha gerada pelo sistema, constam apenas 26 HE. Consta, ainda, o registro de 9 ocorrências de “Falta Injustificada”, que não foram devidamente descontadas nos contracheques subsequentes. Consta ainda 5 ocorrências de “Falta de Marcação de Ponto” e 6 ocorrências de “Atraso”. A folha de ponto indica que, no mês de outubro, o servidor só compareceu à unidade de saúde para realizar as horas extras, não cumprindo sua jornada contratual. A folha não tem assinaturas da chefia imediata nem do servidor. As HE constam como cumpridas em jornadas ininterruptas de 12 horas, sem que conste indicação dos períodos de descanso exigidos pela legislação.

Ocorre que após análise aos processos de autorização do serviço extraordinário, constatou-se a ausência de critérios técnicos e objetivos, por parte dos diretores das unidades de saúde e chefes de núcleos, relativos a avaliação e utilização das horas extras pelas unidades que as solicitam.

Desse modo, observa-se falta de cumprimento das determinações constantes na Portaria nº 19/2011, haja vista as falhas detectadas nos processos de horas extras.

### **Manifestação do Gestor**

As ocorrências de irregularidades foram analisadas e estão sendo encaminhadas a Corregedoria da Saúde.

A Comissão foi destituída, assim não cabe mais realizar atendimento a Portaria nº 19/2011.

Os critérios utilizados pelos Diretores eram de atender as solicitações dos setores requisitante do serviço extraordinário, observando o preenchimento dos



Formulários, elaborados pelas chefias imediatas que comprovavam o déficit existente.

### **Análise do Controle Interno**

Verificou-se que as Direções das Unidades de Saúde e os Núcleos de Escala não controlam de forma preventiva as realizações das escalas de horas extras como determinado pela Portaria nº 19/2011. Da mesma forma a CPACFHE não conseguiu fazer cumprir a referida portaria tampouco validar as informações prestadas nos processos.

### **Recomendações**

1. Estabelecer critérios técnicos e objetivos no que tange a avaliação e utilização das horas extras pelas unidades que as solicitam, nos termos da Portaria nº 19/2011.
2. Alertar os diretores das unidades de saúde e chefes de núcleos sobre suas responsabilidades sobre as informações constantes nos processos relativos às horas extras, nos termos da Portaria nº 19/2011-SES.

#### **2.1.3 – Não cumprimento das determinações da CPACFHE**

Por intermédio da Solicitação de Auditoria nº 01/2015 – DIRPA/CAP/CGDF, item 3, e Solicitação de Auditoria nº 02/2015 – DIRPA/CAP/CGDF, item 1, foram demandadas à SES/DF as portarias e circulares em vigor no período de 09/2014 a 01/2015, que tratam do controle de frequência e autorização das horas extras.

Em resposta às Solicitações, foi disponibilizado cópia do Memorando nº 003/2015-CPACFHE/GAB/SES/DF, de 19 de janeiro de 2015, que trata das horas extras utilizadas em outubro de 2014 na SES/DF.

O referido documento descreve que somente no mês de outubro as Unidades da Secretaria de Saúde utilizaram 296.743 horas extras, o que resultou no montante de R\$ 19.244.070,72. Para o mesmo período também foram lançadas 11.888 horas extras no valor de R\$ 615.786,10 relativas ao cumprimento em setembro de 2014, registradas na folha suplementar de outubro de 2014.

Em complemento, consta a necessidade de pagamento de 10.231 horas extras, perfazendo o valor de R\$ 665.195,14, cumpridas em outubro de 2014, porém lançadas em atraso.



Conforme consta no memorando, as informações repassadas pelo Núcleo de Folha de Pagamento, da Subsecretaria de Gestão do Trabalho da Educação em Saúde – NFOP/SUGETES/SES demonstram que as horas extras a serem pagas em outubro totalizavam R\$ 20.233.408,68.

Ao tratar da diferença entre os valores informados pela CPACFHE e os valores informados pelo NFOP, o Memorando nº 003/2015 lista as seguintes justificativas:

- 1) Encaminhamento do processo pelas Unidades de Saúde após o fechamento da folha e encaminhamento ao NFOP mesmo fora do prazo que são lançadas posteriormente no sistema.*
- 2) As Unidades de Saúde não apresentam algumas vezes o valor correto, conforme o sistema, pois nem todas as Unidades dispõem de centro de custo/NP para o cálculo, como por exemplo, o SAMU, a DIREG e algumas UPAS.*
- 3) Horas Extras atrasadas não são lançadas pelo NFOP no mesmo mês do encaminhamento pela Comissão, por falta de pessoal.*
- 4) Não há um setor na SUGETES/SES que lance somente horas extras, o que tem sobrecarregado o NFOP, principalmente pelo aumento progressivo de horas extras a serem lançadas.*
- 5) São 7.000 servidores realizando o serviço extraordinário para manter minimamente as escalas de plantão, após ampliação e abertura de diversos serviços, incluindo número de leitos de UTI.*
- 6) As horas extras são lançadas matrícula por matrícula, não havendo conexão entre o registro de horas extras no ponto eletrônico e a folha de pagamento.*
- 7) Algumas Unidades não dispõem até o momento de ponto eletrônico, encaminhando folha de ponto manual o que dificulta a avaliação final por parte das Unidades de Saúde.*
- 8) O sistema de lançamento não está atualizado quanto ao lançamento de minutos de horas extras, diferindo assim do encaminhado e lançado.*

O referido documento revela a elevação do número de horas extras sem o respectivo planejamento para as unidades que integram a rede de saúde pública, alcançado todas as carreiras de servidores públicos da SES/DF.

Para justificar o desmedido aumento de horas extras, a SES/DF informa que tem se utilizado do serviço extraordinário, principalmente para cobertura do déficit de pessoal em todas as Unidades de Saúde, incluindo as Unidades de Pronto Atendimento – UPA, além de outros serviços como Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, Regulação de leitos e consultas, Captação de Órgãos e Tecidos Humanos – CCOTH, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS AD, e o Programa de fila zero de ortopedia nos Hospitais do Gama, Ceilândia, e Paranoá.

A Comissão informa que o aumento progressivo do número e valores de horas extras nos últimos 02 anos ocorreu devido a abertura e ampliação de serviços de saúde que fizeram parte da solicitação do Ministério da Saúde do Governo Federal, a exemplo de 05



Unidades de Pronto Atendimento, da implantação do acolhimento com classificação de risco em todas as unidades da saúde, por especialidade, além da expansão do número de leitos de UTI.

Ocorre que os serviços apontados pela Comissão, são de caráter contínuo e permanente, o que demonstra ausência de planejamento da SES/DF para fazer frente a crescente demanda por serviços da rede de saúde do Distrito Federal.

### **Manifestação do Gestor**

O memorando nº 03/2015-CPACFHE/SES foi referente a solicitação de autorização ao GDF para que as horas extras de outubro/2014 fossem pagas, o processo foi o de nº 060.000.528/2015, o mesmo foi encaminhado a SEGAD/GDF.

A Folha de pagamento de outubro se referem as horas extras realizadas em setembro, as horas extras realizadas em outubro deveriam ser lançadas até o dia 21/11/2014 o que não ocorreu por falta de orçamento segundo a SEAP à época.

Os processos de pagamento de horas extras atrasadas lançadas até 21/10/2014 foram lançadas porém não foram autorizados os pagamentos. Horas extras atrasadas podem ser referente a qualquer mês dentro do ano de referência, assim não há de se considerar que elas foram realizadas em setembro e sim em qualquer mês anterior a setembro. Todos os meses a comissão avaliava todas as solicitações por meio de processo encaminhadas até o dia 27 de cada mês.

As horas extras atrasadas que deveriam ser lançadas junto com as horas extras realizadas em outubro até 21/11/2014, também não foram lançadas, devido ao bloqueio do sistema.

No momento da auditoria o sistema já havia sido desbloqueado e as horas extras lançadas, assim foi possível a apresentação dos valores referentes ao lançamento. A comissão apresenta valores previstos.

O planejamento quanto a utilização das horas extras descaracteriza a utilização temporária e excepcional, porém é sempre tema de estudo por parte de gestores da saúde. As contratações e ampliações de jornada de trabalho, para redução das horas extras não foram suficientes até o momento devido a inúmeros serviços abertos e ampliados.

Com a nova estrutura proposta pela gestão atual será possível o planejamento da utilização do serviço extraordinário, considerando as exonerações, aposentadorias, afastamentos Legais, contratações temporárias ou permanente e ampliações de jornada de trabalho de toda a Rede Pública de Saúde.

A concessão do serviço extraordinário para as demais categorias foi solicitada pelas Coordenações Gerais de Saúde, por solicitação das chefias imediatas, devido aos serviços abertos e ampliados, como os leitos de UTI, que demandam além de servidores médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, a



necessidade de outras categorias como as existentes na patologia clínica, na radiologia, entre outras ligadas à área meio para desenvolvimento dos serviços prestados.

Ainda há a proposta de descentralização das responsabilidades quanto a avaliação, controle e fiscalização do serviço extraordinário.

O Secretário Adjunto de Saúde definiu o teto de horas extras das Unidades de Saúde, como sendo a média dos valores utilizados em 2014, o mesmo foi informado aos Coordenadores Gerais de Saúde em reunião no dia 20/02/2015.

A DIPDEMA/SUGETES encaminhou o processo de solicitações de autorização a SEGAD/GDF para realização do serviço extraordinário em 2015, com o valor mensal a ser utilizado.

A informatização para controle e aprovação do serviço extraordinário, de forma a integrar as informações das Escalas de Ponto, do FORPONTO, SIGRH e outras bases de dados da área de gestão de pessoas é a proposta da atual gestão da Secretaria de Estado de Saúde.

### **Análise do Controle Interno**

A manifestação do gestor indica que as medidas adotadas pela SES/DF não serão efetivas para resolução dos problemas apontados. A média de horas extras utilizadas do ano de 2014 que a SES/DF propõe ser utilizada como teto implica na manutenção da situação atual, inclusive quanto a falta de autorização prévia pelo órgão de planejamento do governo.

Além disso, as determinações da CPACFHE continuam não cumpridas, pois não foram apresentadas formas de coibir encaminhamentos de solicitação de pagamentos de horas extras fora do prazo, e nem informado em que momento se dará a integração entre o Forponto e o SIGRH.

### **Recomendações**

1. Realizar gestão junto a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, a fim de definir os tetos com os limites máximos de horas extras mensais compatíveis com a necessidade de serviço para cada unidade de saúde, bem como zelar pelo fiel cumprimento dos referidos limites.
2. Implantar sistema informatizado para controle e aprovação do serviço extraordinário, de forma a integrar as informações das Escalas de Ponto, do FORPONTO, SIGRH e outras bases de dados da área de gestão de pessoas, com objetivo de aplicar eficiência ao processo.



### 2.1.4 – Quadro limitado de servidores e excesso de cargos vagos.

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 01/2015 – DIRPA/CAP/CGDF, item 1, foi requerido à SES/DF o quadro aprovado de servidores da Secretaria de Estado de Saúde, em vigor, por carreira e cargo, com o respectivo quantitativo de postos ocupados e vagos.

Em resposta ao requerimento, foi apresentado pelo NUAM/SUGETES, em 26/01/2015, quadro com o quantitativo de cargos previstos, ocupados e vagos por carreira, como segue:

#### Quantitativo de cargos previstos, ocupados e vagos por carreira

CARREIRA	CARGO	PREVISTO	EXISTENTE	VAGOS
<b>MÉDICA</b>	Médico	10.000	4.938	5.052
<b>CIRURGIÃO-DENTISTA</b>	Cirurgião-Dentista	1.300	484	816
<b>ENFERMEIRO</b>	Enfermeiro	5.000	3.215	1.785
<b>ASSISTÊNCIA PÚBLICA À SAÚDE</b>	Especialista em Saúde	4.600	2.640	1.960
	Técnico em Saúde	25.000	16.156	8.884
	Auxiliar em Saúde	4.500	1.927	2.573

Fonte: NUAM – JAN/2015.

#### Outras Carreiras

CARREIRA	EXISTENTE
<b>ACS/AVA</b>	1.488
<b>ANALISTA EM PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA E REGIONAL</b>	2
<b>AUDITOR DE ATIVIDADES URBANAS</b>	168
<b>PPGG</b>	784
<b>TEC. DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA.</b>	25

Fonte: NUAM – JAN/2015.

Não obstante a existência de 21.070 cargos vagos, a SES/DF não nomeou todos os aprovados nos certames recentes, e adota como prática ordinária, a contratação de serviços extraordinários, sobrecarregando a força de trabalho existente, além de provocar elevação crescente da oneração da folha de pagamento.

Ainda sobre a escassez de profissionais da SES/DF, a CPACFHE encaminhou em meio digital, arquivo com a demonstração da necessidade de contratações de servidores para suprir a demanda de horas extras da SES/DF, conforme quadro abaixo:





### **Quadro de horas extras e a necessidade de contratação de servidores em outubro/2014.**

<b>CATEGORIAS QUE UTILIZAM HORAS EXTRAS</b>	<b>REF: OUT/2014</b>
AUXILIARES DE ENFERMAGEM	1.206
MÉDICOS	531
ENFERMEIROS	446
MOTORISTA	188
AOSD LAVANDERIA	58
TÉCNICO DE RADIOLOGIA	48
TÉCNICO DE HEMATOLOGIA/HEMOTERAPIA	32
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	136
AOSD GESSO	36
AOSD PATOLOGIA CLÍNICA	33
TÉCNICO DE PATOLOGIA CLÍNICA	54
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO	12
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO DE LABORATÓRIO	23
FISIOTERAPIA	35
AOSD FARMÁCIA	16
NUTRICIONISTA	12
AOSD ANATOMIA PATOLÓGICA	9
TÉCNICO DE NUTRIÇÃO	8
PADIOLEIRO	25
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO DE FARMÁCIA	17
DENTISTA	3
<b>TOTAL</b>	<b>2.928</b>

Fonte: CPACFHE-Fev/2015.

Como se observa, a necessidade imediata de servidores para fazer frente ao elevado número de horas extras da SES/DF até o mês de outubro de 2014 totalizava 2.928 servidores.

A redução do montante de horas extras será fruto de um planejamento e execução eficientes do cumprimento das escalas de trabalho, e requer, necessariamente, a contratação de novos servidores.

### **Manifestação do Gestor**

A nomeação dos profissionais aprovados no concurso não depende da Secretaria de Saúde, assim como a ampliação de jornada de trabalho, a autorização do número de aprovados a serem nomeados depende da SEGAD/GDF.

### **Análise do Controle Interno**



A SES/DF não demonstrou nenhum estudo ou planejamento para preenchimento do excesso de cargos vagos de forma a aperfeiçoar as escalas de serviço e minimizar o impacto financeiro das horas extras.

### **Recomendações**

1. Proceder melhora do planejamento no que tange as escalas de trabalho de forma a torná-las eficientes, com consequente redução da utilização dos serviços extraordinários.
2. Proceder à admissão de servidores de modo a diminuir a concessão excessiva e recorrente de horas extras.

#### **2.1.5 – Constantes pagamentos de horas extras em folhas suplementares por falta de planejamento**

Foram constatados os pagamentos de folhas suplementares e de horas extras eventuais. No caso de folhas suplementares, observa-se a execução de horas extras em um período, e seu respectivo pagamento realizado em meses posteriores ao fechamento da folha. Já as chamadas horas extras eventuais, são aquelas utilizadas para cobertura dos atestados médicos, atestados de comparecimento e aposentadorias que se deram no mês de referência, e no entanto, são pagas na folha seguinte, o que ultrapassa o teto definido para cada unidade.

Ainda no MEMO: 003/2015-CPACFHE/GAB/SES/DF, que trata das horas extras utilizadas em outubro de 2014 na SES/DF, a CPACFHE informou que no mês de maio/2014 não foram pagas as horas extras do HMIB e do HRT, inclusive o Fila Zero de Ortopedia e mutirões de oftalmologias, em virtude do não encaminhamento dos documentos no prazo hábil para análise e autorização. Dessa forma 35.595 horas extras que totalizaram R\$ 2.071.716,96 foram pagas na folha suplementar da competência julho de 2014.

Tal situação demonstra falta de planejamento na elaboração das escalas e instrução dos processos, ocasionando pagamentos em períodos diversos a prestação do serviço.

### **Manifestação do Gestor**

O lançamento de horas extras atrasadas possui código diferente do lançamento das horas extras do mês de referência, assim como data de fechamento da folha de pagamento. Após a instituição do registro de ponto eletrônico o número de processos de solicitação de pagamento de horas extras atrasadas aumentou



consideravelmente, devido aos ajustes necessários por falha do sistema FORPONTO e a impossibilidade de cumprimento do prazo, sendo encaminhado posteriormente.

As horas extras eventuais são encaminhadas no próprio processo mensal, não sendo pagas em meses posteriores.

A comissão avaliava os processos e encaminhava ao Gabinete para autorização constantemente, devido aos prazos existentes, e mesmo após o fechamento da folha o processo deve ser encaminhado, pois poderá ser lançado na próxima folha de pagamento, não sendo pertinente deixa-lo na comissão, após a avaliação final.

A aprovação do pagamento das horas extras atrasadas era realizada mediante atendimento do protocolo instituído pela comissão.

As horas extras realizadas em maio/2014 não é o objeto da presente auditoria.

### **Análise do Controle Interno**

Constatou-se que não foi demonstrado documento que institucionalize e regule o pagamento de horas extras não previamente solicitadas o que ocasiona dificuldade no controle da avaliação do pagamento.

A SES/DF omitiu-se em identificar os responsáveis pelo não encaminhamento dos documentos em tempo hábil para análise e autorização das horas extras do HMIB e do HRT na referência maio/2014, nos termos da Portaria nº 19/2011.

### **Recomendações**

1. Regularizar e institucionalizar a utilização do pagamento de horas extras em folha suplementar.
2. Abrir procedimento administrativo para apurar a falta da identificação dos responsáveis pelo não encaminhamento dos documentos, em tempo hábil para análise e autorização, das horas extras do HMIB e do HRT na referência maio/2014, nos termos da Portaria nº 19/2011.

#### **2.1.6 – Descumprimento dos limites máximos (teto) de horas extras para as unidades da rede de saúde.**

Conforme o disposto no inciso V, art. 3º da Portaria nº 19/2011, compete a Comissão Permanente “*analisar o número de horas extras solicitadas, se dentro do teto estipulado para cada Unidade/serviço*”. Das análises realizadas aos processos de autorização



de pagamento de horas extras, constata-se o descumprimento dos limites estabelecidos para pagamento de serviços extraordinários às unidades que integram à SES/DF, conforme exemplos abaixo de processos de outubro/2014, como segue:

Unidade	Processo	Valor do Teto	Valor Utilizado
HRAN	0271.001.166/2014	R\$ 600.000,00	R\$ 1.348.633,32
SAMU-MEDICOS	0060.011.275/2014	R\$ 254.480,75	R\$ 403.416,64
GRÁFICA	0060.011.519/2014	R\$ 10.000,00	R\$ 13.081,52
HRP	0278.000.697/2014	R\$ 525.000,00	R\$ 657.481,92
HRT	0277.001.272/2014	R\$ 600.000,00	R\$ 1.219.016,51
HMIB	0272.000.752/2014	R\$ 600.000,00	R\$ 1.019.252,30

Quanto à unidade de saúde HRAN, convém destacar a elevação do número de Horas Extras que saltou de 6.573 em janeiro/2014 para 18.284 em outubro/2014.

Ante a análise dos processos de autorização de horas extras, percebe-se que os limites estabelecidos para cada unidade de saúde não são compatíveis com a efetiva utilização de serviço extraordinário. Além disso, constata-se que a Comissão Permanente de Avaliação, Controle e Fiscalização de Horas Extras tem aprovado, de forma continuada, o pagamento de horas extras acima do teto estabelecido no planejamento da referida comissão. Essa situação afronta o inciso VIII, art. 1º da Portaria nº 19/2011.

### Manifestação do Gestor

O aumento do número e valores de horas extras acima do teto, foi apresentado aos Coordenadores Gerais de Saúde e gestores do Gabinete diversas vezes, a pedido do próprio Secretário Adjunto à época, porém as Unidades apresentavam justificativas que eram aceitas pelo Secretário de Saúde, essas eram expostas todos os meses no despacho final do Coordenador.

O aumento dos valores utilizados pelo HRAN coincide com a mudança da Coordenação Geral de Saúde à época, o mesmo foi levado ao Gabinete do Secretário por três vezes e alertado sobre o aumento, porém foi autorizado devido as inúmeras justificativas apresentadas pelo Coordenador.

A CPACFHE emite parecer técnico acerca da solicitação, conferindo o déficit existente em cada setor intra hospitalar e da Unidade de Saúde. Todos os meses a Comissão alertava sobre o aumento em valores do serviço extraordinário para cada Unidade, porém eram sempre justificadas e aceitas para pagamento pela Secretaria de Saúde, ou seja, pelos gestores da pasta, o que foge as competências da Comissão.

As horas extras são primeiramente autorizadas pelos Coordenadores Gerais de Saúde, que assumem a responsabilidade da solicitação, conforme despacho final



dos processos com encaminhamento do próprio Coordenador. Ressaltamos ainda que as solicitações das Unidades dentro dos hospitais eram na grande maioria assinadas com “autorizo” do Coordenador Geral de Saúde.

O teto não é planejamento da Comissão e sim dos gestores da pasta conforme necessidade das Unidades frente as demandas do Governador.

A Comissão elaborou processo mensal para autorização/convalidação das horas extras da Secretaria de Saúde para Secretaria de Administração Pública que os restituiu em 31/12/2014 sem as devidas providências.

Devemos considerar ainda as mudanças de gestores da pasta no final de 2014, o que não cabe julgamento dessa Comissão.

O parecer da comissão não é favorável de forma contínua, pois por diversas vezes servidores ficaram sem pagamento devido a irregularidades encontradas. No parecer da Comissão não cabe avaliação e julgamento dos valores, pois não se trata de um cargo executivo que trata de orçamento e sim técnico quanto a pertinência da solicitação. A autorização do pagamento cabe aos gestores da pasta, o que era realizado baseado nas justificativas e nas necessidades da Rede pública de saúde.

O motivo da extrapolação do teto de cada Unidade está justificado dentro dos processos mensais de solicitação do serviço extraordinário.

As providencias quanto a publicação no sítio transparência na saúde das escalas de horas extras mensais, e relatórios gerenciais de horas extras estão sendo providenciados pela nova gestão.

### **Análise do Controle Interno**

A manifestação do gestor cita: *“No parecer da Comissão não cabe avaliação e julgamento dos valores, pois não se trata de um cargo executivo que trata de orçamento e sim técnico quanto a pertinência da solicitação”*, contudo o disposto no inciso V, art. 3º da Portaria nº 19/2011, compete a Comissão Permanente *“analisar o número de horas extras solicitadas, se dentro do teto estipulado para cada Unidade/serviço”*. Assim não houve esclarecimento quanto às aprovações da CPACFHE aos pagamentos de serviço extraordinário além dos limites máximos estabelecidos para cada unidade de saúde, inclusive ao que se refere ao quadro exemplificativo.

Também não se observou nenhum documento que comprove ou emita prazo para inclusão no sítio transparência na saúde das escalas de horas extras mensais, e dos relatórios gerenciais de horas extras.

### **Recomendações**



1. Abrir procedimento administrativo para apurar as aprovações da CPACFHE aos pagamentos de serviço extraordinário além dos limites máximos estabelecidos para cada unidade de saúde.
2. Providenciar a publicação no sítio transparência na saúde das escalas de horas extras mensais, e dos relatórios gerenciais de horas extras.

### 2.1.7 – Falhas na Instrução dos Processos para autorização de horas extras

As instruções dos processos de horas extras deveriam obedecer as determinações da Comissão Permanente de Avaliação, Controle e Fiscalização das Horas Extras – CPACFHE, a qual define em 9 formulários como os processos devem ser constituídos:

- **Formulário 1:** Índice do Processo.
- **Formulário 2:** Solicitação de Horas Extras.
- **Formulário 3:** Comprovante de déficit de servidores.
- **Formulário 4:** Formulário individual atestando o interesse ou não na realização de horas extras na unidade.
- **Formulário 5:** Formulário contendo quantidades e valores por especialidade de horas extras noturnas e diurnas.
- **Formulário 6:** Número de profissionais escalados por período e setor na hora contratual e extra.
- **Formulário 7:** Relação de profissionais que devem receber horas extras.
- **Formulário 8:** Relação de servidores que apresentaram licença médica e realizaram horas extra no mesmo mês.
- **Formulário 10:** Idêntico ao 7.

Dos processos analisados, constata-se que não há uma regularidade nos preenchimentos dos aludidos formulários, os quais, quando apresentados, não registram as assinaturas dos responsáveis pelo envio das solicitações de horas extras, nos termos da Portaria n° de 19/2011.

Dentre as inconsistências detectadas, convém destacar as seguintes:

Unidade	Processo	Observação
UPA CEILANDIA	0276-001.830/2014	<ul style="list-style-type: none"><li>• Formulários 01, 02, 05, 06 e 07 sem assinatura.</li><li>• Ausência dos formulários 03, 04 e 08.</li><li>• Escalas de Serviços sem assinatura e sem autenticação.</li></ul>
SAMU MÉDICOS	0060.011.275/2014	<ul style="list-style-type: none"><li>• Formulários 02, 10 sem assinatura.</li><li>• Ausência dos formulários 01, 03, 04, 05, 06, 07, 08.</li><li>• Escalas de Serviços sem assinatura e sem autenticação.</li></ul>



Unidade	Processo	Observação
UPA CEILANDIA	0276-001435/2014	• Ausência de todos os formulários. Trata-se de solicitação de pagamento de horas extras em folha suplementar.
CAPS RODOVIÁRIA	0060-010.854/2014	• Ausência dos formulários 02, 03, 04, 06, 07, 08, 09 e 10. Trata-se de solicitação de pagamento de horas extras em folha suplementar.
HMIB	0272-000.750/2014	• Formulários 06, 07 sem assinatura. • Ausência dos formulários 03, 04 e 08. • Escalas de Serviços sem assinatura e sem autenticação.
HSVP	0288-000.137/2014	• Formulários 01, 03 sem assinatura. • Ausência dos formulários 04, 05, 06 -10.
HBDF/SVO	0270-001.568/2015	• Ausência dos formulários 02, 04, 05, 06 -10.
CPACFHE	0600-013336/2014	• Formulários 03 e 06 sem assinatura. • Ausência dos formulários 01, 02, 04, 05, 07-10.
Núcleo de Produção Gráfica	0060-011519/2014	• Formulários 02 sem assinatura. • Ausência dos formulários 01 e 08.

Entre os formulários instituídos pela CPACFHE não foi localizado nos processos analisados o formulário 9. No caso do formulário 10, observa-se que é idêntico ao formulário 7.

Registra-se também que não foi percebido nas análises documento que institucionalize os formulários, bem como não há informação quais deles são efetivamente necessários ou não na instrução do processo.

Embora apresentadas as inconsistências acima descritas, a Comissão emitiu Parecer Técnico de avaliação final recomendando a autorização do pagamento das horas extras solicitadas para a competência outubro/2014.

Além disso, não há nos processos como aferir se a hora extra foi realizada ou se houve autorização da hora extra sem a efetiva prestação, pois faltam comprovações como:

- Folha de ponto contratual e de outros vínculos – apesar do item “f” da Circular nº 03/2012-CPACFHE/SES/DF, bem como o item 6 da Circular nº 01/2013-CPACFHE/SES/DF, indicarem o impedimento quanto aos servidores que acumulam cargos para não serem escalados em horas extras, observa-se que não houve a aplicação da respectiva restrição nas escalas de serviço, conforme exemplos abaixo:
  - Servidor (CPF \*\*\*.671366-\*\*) com dois vínculos um de 40h e outro de 20h na SES/DF e um de 20h na Fepecs. Na escala de serviço observa-se que na carga de 40h ele faz 20h e 77 HE, na escala de 20h ele não as faz (segundo a folha de ponto anexa ao





processo) e tem 52 HE. Também tem vínculo privado na RENAL CLIN SERVICOS MEDICOS 46h, HOSPITAL SAO FRANCISCO 20h e HMAB 30h, conforme o site [http://cnes.datasus.gov.br/Lista\\_Prof\\_Nome\\_Sus.asp](http://cnes.datasus.gov.br/Lista_Prof_Nome_Sus.asp). Na amostra há diversos outros casos com mesma característica.

- Não consta documento que aponte produtividade para aferição da realização de hora extra, até mesmo para avaliação da real necessidade da manutenção ou de futura contratação de servidores para suprimi-las.
- As escalas anexas aos processos em diversas análises não correspondem ao registro de frequência. Ex.: (\*\*\*.032807-\*\*) / 0282.000526/2014, (\*\*\*.508741-\*\*) / 281.000455/2014, (\*\*\*.252401-\*\*) / 281.000.454/2014, entre outros como demonstrado na amostra.
- A Folha de Ponto não corresponde ao lançamento do SIGRH, como nos cpfs (\*\*\*.584946-\*\*), (\*\*\*.718434-\*\*), (\*\*\*.171201-\*\*), (\*\*\*.408731-\*\*), (\*\*\*.288017-\*\*), (\*\*\*.961906-\*\*).

Cabe ressaltar que se configura como falta média, segundo o item III, art. 191, da Lei Complementar nº 840/2011 o seguinte:

[...]

**Art. 191.** São infrações médias do grupo I:

(...)

*III – exercer atividade privada incompatível com o horário do serviço;*

[...]

O Anexo I registra demais falhas na instrução dos processos.

### Manifestação do Gestor

Os formulários de solicitação do serviço extraordinário foram adequados conforme o funcionamento de cada setor, assim as necessidades, ou seja, o formulário 03 não pode ser o mesmo para Unidade de cirurgia geral, médicos e para o laboratório, técnicos de patologia clínica. Assim também para enfermeiros e técnicos de enfermagem, cuja necessidade se baseia no número de leitos.

A cada ano os formulários sofrem adequação devido até mesmo ao número de horas extras utilizadas e o número de categorias que passaram a realizar o serviço extraordinário.



O formulário 09 foi criado em 2013, e corresponde ao índice do processo, que foi instituído devido ao volume de processos de cada unidade. Esse formulário passou a ser 01 em 2014, objetivando ordem na montagem do processo.

O Formulário 10 não existe mais, esse atualmente corresponde ao formulário 07.

Algumas unidades ainda se referem ao mesmo como 10. Nesse não houve modificação apenas mudança de numeração.

Os formulários foram criados em janeiro de 2010, e foram sendo modificados e adequados ao longo dos anos. Há circulares informando sobre o preenchimento dos formulários pelo menos uma vez por ano. Alguns serviços como Regulação, CNCDO, Programa Fila zero são instruídos de forma diferenciada, informando diretamente a esses serviços os formulários necessários.

Não há inconsistência no preenchimento dos formulários, os mesmos são avançados na solicitação e conferidos na finalização do processo.

A conferência do cumprimento ou não do serviço extraordinário é de responsabilidade local, ou seja da chefia imediata, do núcleo de escala/núcleo de pessoal e gerência de pessoal. Assim a comissão solicitará que as unidades revejam seus processos e apresentem as correções ou solicitem a devolução dos valores correspondentes ao serviço extraordinário.

Essas matrículas serão encaminhadas para SUGETES para identificação dos servidores e suas lotações para verificação do encontrado pela auditoria, porém informo que servidores que são professores na FEPECS possuem carga horária de 40 horas e obrigatoriamente cumprem 20 horas na assistência e 20 horas como docentes. Não há impedimento para realização do serviço extraordinário por servidores docentes.

A produtividade deve ser avaliada com o número de atendimentos nos prontos socorros nas especialidades existentes e não individual, pois nem todas as categorias que realizam hora extra tem como ser verificada a produtividade, como no caso dos enfermeiros, técnicos de enfermagem, demais técnicos e AOSDs.

O prazo para a entrega dos processos impede a conferência da produtividade no mês de referência. Ainda temos que considerar que o servidor da saúde assim como do corpo de bombeiro deve estar escalado independente se houver atendimento ou não e basta um atendimento médico de urgência para valer a pena o pagamento, pois ali se encontra uma vida em salvamento por toda a equipe de saúde.

A comissão já avaliou a produtividade das especialidades na Rede por mês e por ano, já verificamos que o aumento no atendimento é sazonal e há de se considerar que as horas extras cobrem o déficit e não a demanda. Como por exemplo, a Unidade de pediatria deve ter pelo menos 4 pediatras escalados, com a utilização das horas extras é possível escalar três, assim ainda há déficit.



As escalas anexas são as programadas e não as executadas devido ao prazo para entrega dos processos, as unidades não anexaram ao final as realizadas. Essas podem ser solicitadas para as Unidades.

A auditoria deve apontar essas ocorrências para verificação e correção da irregularidade, com devolução do valor ao erário.

Quanto as recomendações do referido item, algumas já foram respondidas quanto as providências a serem adotadas e outras recomendações serão tratadas pela nova gestão das horas extras.

### **Análise do Controle Interno**

Os formulários requerem institucionalização, avaliação e padronização, pois como informado já passaram por diversas adequações e constataram-se, na instrução, diversas formas de montagem do processo o que prejudica a avaliação e o controle.

A SES/DF não justifica o pagamento de horas extras para os servidores lotados na FEPECS, somente restringe-se a informar que não há impedimento para realização do serviço extraordinário por servidores docentes, mesmo com os dados do relatório informando a irregularidade.

Ainda, entende-se necessária a verificação da compatibilidade dos horários de trabalho dos servidores em seus diversos vínculos, inclusive os privados.

### **Recomendações**

1. Incluir nos processos todos os documentos que comprovem o horário de trabalho do servidor, inclusive, referente aos vínculos públicos e privados, observando o art. 191, inciso III, da Lei Complementar nº 840/2011.
2. Atualizar e dar ampla divulgação aos formulários necessários a instrução dos processos de horas extras, para aplicar maior celeridade nas análises de autorização e pagamento de horas extras.
3. Atualizar os processos com as escalas de serviço que correspondam ao horário efetivamente praticado pelo servidor.
4. Instruir o processo com documentos que possam atestar a produtividade do servidor no período de hora extra.
5. Sistematizar o fluxo de concessão de horas extras de forma a produzirem inclusive o lançamento automático no SIGRH.



6. Devolver os processos de horas extras da competência outubro/2014, e posteriores, aos respectivos núcleos para inclusão dos documentos necessários à avaliação do cumprimento das horas extras, para revisão.
7. Reavaliar os processos com base na produtividade de cada servidor no período de realização da hora extra.
8. Corrigir as situações descritas no Anexo I.
9. Promover a devolução dos valores pagos indevidamente.

Abrir procedimento administrativo para apurar o pagamento irregular de horas extras ao servidor de CPF (\*\*\*.671366-\*\*).

#### **2.1.8 – Verificações no pagamento de Horas Extras de outubro/2014.**

- **Quantidade excessiva de servidores executando mais que 44 horas extras no mês.**

O Decreto n.º 34.764/2013 passou a autorizar, excepcionalmente, a prestação de serviço extraordinário pelos servidores públicos da área de saúde do Distrito Federal, em quantitativo de horas extras, além das duas horas previstas no caput do art. 60 da Lei Complementar nº 840/2011. Contudo, na competência de outubro/2014, percebeu-se que 33% dos servidores que executam hora extra as exerceram por mais de 44 horas no mês, o que contraria a ressalva da excepcionalidade estabelecida pelo Decreto.

- **Servidores com Carga Horária menor que 40h realizando hora extra**

Avaliando o total de servidores que executam hora extra, percebeu-se que 28% possuem carga horária contratual inferior a 40 horas semanais.

Foi questionado à SES/DF, por meio da Solicitação de Auditoria nº 02 /2015 – DIRPA/CAP/CGDF, item 3, sobre a quantidade de processos de Requisição de Ampliação de Carga Horária, instaurados desde 2013, que se encontra em tramitação no âmbito da SES/DF, com a informação do total de pedidos atendidos e negados. A resposta desse questionamento é importante pois demonstrará o montante dos servidores que estariam dispostos a ter sua carga contratual horária ampliada. Essa ampliação aumentaria o número de servidores aptos a serem escalados para os plantões, o que diminuiria a necessidade de horas extras. Além disso, os valores pagos por horas contratuais são expressivamente menores do que os pagos por horas extras. Até o presente momento, não recebemos resposta ao questionamento.

- **Servidores com suspensões convertidas em multa realizando Hora Extra.**



O art. 200 da Lei Complementar nº 840/2011, traz o seguinte:

[...]

*Art. 200. A suspensão é a sanção por infração disciplinar média pela qual se impõe ao servidor o afastamento compulsório do exercício do cargo efetivo, com perda da remuneração ou subsídio dos dias em que estiver afastado.*

(...)

*§ 3º Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão pode ser convertida em multa, observado o seguinte:*

*I – a multa é de cinquenta por cento do valor diário da remuneração ou subsídio, por dia de suspensão;*

[...]

Os CPFs (\*\*\*.790161-\*\*), (\*\*\*.568591-\*\*) apresentam em seu histórico de 2014 a ocorrência de afastamento - SUSPENSAO CONV MULTA PAR 3 ART 200-LEI COMPLEMENTAR 840, porém realizaram horas extras regularmente durante o exercício, inclusive na competência outubro/2014.

- **Servidores cedidos com horas extras na Folha de outubro/2014**

Servidores na condição de cedidos não deveriam prestar serviço no órgão cedente, no entanto observa-se que os CPFs (\*\*\*.020601-\*\*), (\*\*\*.550941-\*\*) e (\*\*\*.119021-\*\*) prestaram esse tipo de serviço na competência outubro/2014.

- **Servidores Comissionados com realização de horas extras na competência outubro/2014**

Os CPFs (\*\*\*.160571-\*\*) (52 HE), (\*\*\*.155981-\*\*) (6 HE) e (\*\*\*.851512-\*\*) (25 HE) exerceram função de chefia na competência outubro de 2014 e realizaram hora extra, contrariando o artigo 58 da Lei Complementar nº 840/2011, conforme abaixo:

*“Art. 58. O servidor ocupante de cargo em comissão ou no exercício de função de confiança tem regime de trabalho de quarenta horas semanais, com integral dedicação ao serviço.”*

- **Servidores em contrato temporário realizando Horas Extras.**

Observa-se nas informações do SIGRH, competência outubro/2014, que havia na Secretaria de Estado de Saúde 1.583 contratos temporários, destes 279 realizaram horas extras. Conclui-se que a finalidade de contratações de servidores temporários não tem efeito, pois além da necessidade da efetivação do quantitativo referente a essa categoria há ainda carência continua de servidores em virtude da necessidade de realização de horas extras.



Além disso, o artigo 11 da Lei nº 4.266/2008 não trata de pagamento de horas extras para contratados temporariamente.

### **Manifestação do Gestor**

As horas extras são destinadas a cobertura de escalas mínimas necessárias principalmente nos Prontos Socorros e nas UTIs, onde há necessidade da realização de horas extras devido à falta de pessoal, principalmente por ampliação de leitos e para cobertura das horas eventuais que surgem durante o mês, ou por férias semestrais, que geraram ainda mais necessidade de pessoal.

Setores como esses não podem ser admitido a falta de pessoal para cobertura das escalas, e nesses setores os servidores que realizam horas extras são aqueles disponíveis e escalados pela chefia imediata. A SES depende desses servidores que se dispõem a realizar as horas extras.

O servidor disponível realiza as horas extras por solicitação da chefia imediata.

A Lei que determinou que a concessão de horas extras não pode ser realizada acima do limite permitido de duas horas por jornada, ou seja, 44 horas extras mensais, foi destinada provavelmente a setores burocráticos, pois não há nos setores da saúde pública a possibilidade de escala de 2 horas a mais por dia, já que os plantões são no mínimo 6 horas.

As necessidades de um servidor realizar acima de 44 horas extras mensais surgem do déficit do número de pessoal em determinadas Unidades/especialidades, isso faz com que os servidores existentes e disponíveis realizem um número elevado de horas extras.

A Comissão implantou um Formulário, específico para o servidor, onde os mesmos declaram quantas horas extras podem realizar com número mínimo e máximo no mês de referência e ainda para declaração de servidores que não desejam realizar horas extras, no referido mês. Assim uma Unidade como a UTI neonatal onde não dispomos de servidores suficientes especialistas para realizar o serviço extraordinário, para manter as escalas, inclusive conforme as determinações das RDCs vigentes no setor, os existentes são escalados acima do permitido por Lei, a bem do paciente.

Como já constado em 2013, cerca de 10,74% dos servidores existentes, realizavam horas extras, desses apenas 16% realizavam acima de 44/mês. Considerando as escalas de agosto/2013 dentre os servidores que realizaram acima de 44 horas extras/mês, 377 eram médicos, 173 enfermeiros, 325 auxiliares de enfermagem e 264 eram de outras categorias.

Dos médicos que estavam nessa relação eram na maioria da Clínica Médica, seguida pela Pediatria, Neonatologia, Regulação e SAMU.



Ainda com relação à classe médica encontramos maiores índices nos Hospitais de Brazlândia, Sobradinho, Ceilândia e Planaltina, locais onde há maior dificuldade na lotação e o maior índice de exonerações após lotação.

Os limites de horas extras ultrapassado na categoria de enfermeiro eram na maioria dentro das Unidades, no Acolhimento com Classificação de Risco, SAMU e Pronto Socorro. Se considerarmos o Hospital/Serviço, os que mais utilizam acima do teto com relação a enfermeiros encontramos o Hospital da Ceilândia, SAMU e Santa Maria. Na Ceilândia a maioria se estavam no Pronto Socorro incluindo a Sala de Trauma, e em Santa Maria 15 dos 20 estavam no ACR.

Na categoria de Técnico/ auxiliar de enfermagem encontramos os maiores índices no HBDF, na Ceilândia e Brazlândia. No HBDF 33 técnicos de enfermagem dos 79 que estavam acima do limite permitido por Lei, estavam nas UTIs.

Em 25 de outubro/2013 foi publicado no DODF nº 224, Decreto nº 34.764, a autorização para servidores da saúde, realizarem acima de 44 horas extras/mês, devido a publicação da Instrução Normativa nº 02, de 18 de setembro de 2013. Essa questão do Limite permitido por Lei de apenas duas horas extras/ dia/ servidor já foi apontada diversas vezes pelos Órgãos de controle externo, desde que o serviço extraordinário foi autorizado pela primeira vez na saúde pública, assim sempre houve proibição e após autorização devido ao caos causado pela referida Lei aplicada na saúde.

As horas extras são realizadas conforme a necessidade das escalas de serviço, conforme a estrutura física. As horas extras concedidas pelo GDF não cobrem 40% da necessidade da Rede, considerando as escalas mínimas necessárias.

Não há impedimento para o servidor que possui carga horária de 20 horas de realizar hora extra, o serviço extraordinário, não é direito, não é obrigatório, não é privilégio e sim uma necessidade do serviço que pode ser aceito ou não pelos servidores a cada mês. E ainda o servidor não se escala, a escala é feita pela chefia de unidade.

A ampliação de jornada de trabalho solicitada em 2013 e 2014 foram encaminhadas para SEAP, atualmente SEGAD, pois desde 2011 a concessão de 40 horas passou a ser autorizada por aquela Secretaria.

Os servidores com suspensões convertidas em multa não podem realizar hora extra, os chefes serão encaminhados a Corregedoria para medidas cabíveis.

Servidores cedidos não devem realizar horas extras, os chefes serão encaminhados a Corregedoria para medidas cabíveis.

Servidores comissionados não podem realizar hora extra, esses serão encaminhados a Corregedoria para responder pelo ocorrido.

Servidores em contrato temporário realizando horas extras, de 1583 contratos temporários 279 realizaram horas extras, ou seja, 17,6% realizaram o serviço





extraordinário por extrema necessidade do serviço, e foram justificados nos referidos processos.

No momento não será possível limitar as horas extras mensais a 44;

Em 06/03/2015 a comissão encaminhou a Circular nº 04/2015 informando que não seria mais permitido realizar hora extra fora da sua lotação de origem, porém o Subsecretário de Atenção à Saúde, encaminhou Circular nº 25/2015-GAB/SAS em 18/03/2015, com a finalidade de desconsiderar a Circular nº 04/2015-CPACFHE.

### **Análise do Controle Interno**

A SES/DF utiliza-se de horas extras para montar suas escalas de serviços. Tal prática demonstra-se irregular por tratar-se de procedimento adotado de forma contínua. A utilização exclusivamente de horas extras para montagem de escalas não encontra amparo na legislação. As horas extras de acordo com a Lei Complementar nº 840/2011, devem ser utilizadas de forma excepcional e limitada.

A SES/DF deve promover meios alternativos para montagem das escalas de serviços. Tendo por exemplo a Administração Federal, que tem os mesmos problemas de alocação de pessoal para composição das escalas na área de saúde, criou-se por meio da Lei nº 11.907/2009 o Adicional de Plantão Hospitalar – APH, que é devido aos servidores em efetivo exercício de atividades hospitalares, desempenhadas em regime de plantão nas áreas indispensáveis ao funcionamento ininterrupto dos hospitais universitários, com valores e requisitos previamente definidos.

Informa a SES/DF que já iniciou procedimento administrativo para apurar os casos de servidores com suspensões convertidas em multa, cedidos e comissionados realizando horas extras.

### **Recomendações**

1. Limitar as horas extras mensais a 44 horas, no máximo, por servidor, atentando para o critério de excepcionalidade do Decreto nº 34.764/2013, até que se implemente forma alternativa para montagem das escalas.
2. Informar à UCI da SES/DF sobre o andamento do procedimento administrativo adotado para esclarecer a situação dos servidores de CPFs nº (\*\*\*.568591-\*\*) e (\*\*\*.790161-\*\*), haja vista que se encontravam com registro de suspensão no SIGRH com realização de horas extras.



3. Informar à UCI da SES/DF sobre o andamento do procedimento administrativo adotado para esclarecer a situação do pagamento de horas extras aos servidores em exercício de cargo em comissão, vez que contraria a legislação vigente, como nos casos dos servidores de CPFs (\*\*\*.851512-\*\*), (\*\*\*.155981-\*\*) e (\*\*\*.160571-\*\*).
4. Abrir procedimento administrativo para apurar responsabilidade pelos pagamentos de horas extras executadas por profissionais em contrato temporário, haja vista o disposto na Lei nº. 4.266/2008.
5. Informar à UCI da SES/DF sobre o andamento do procedimento administrativo adotado para esclarecer a realização de horas extras para os servidores na situação de cedidos de CPFs (\*\*\*.020601-\*\*), (\*\*\*.550941-\*\*) e (\*\*\*.119021-\*\*).
6. Abster-se de autorizar a realização de horas extras em unidades de saúde diferentes de sua lotação.
7. Promover a readequação das jornadas de trabalho dos servidores da SES/DF, com elaboração de estudos com o objetivo de substituir o pagamento de horas extras por ampliação de carga horária.

### QUESTÃO DE AUDITORIA 3

*A SES/DF tem promovido as correções das falhas apontadas nos controles de concessão de horas extras?*

#### 3.1 – Ineficiência nos procedimentos de correção de falhas

##### 3.1.1 – Recomendações não atendidas referente ao Relatório nº 03/2011 DIFIP/CONT/STC.

A forma que a SES/DF gerencia e autoriza a execução e o pagamento das horas extras vem sendo objeto de análise de diversos trabalhos de auditoria e fiscalização nos últimos anos.

No ano de 2010, foi realizada auditoria na SES/DF com o objetivo de averiguar a regularidade do deferimento de vantagens e do cálculo das parcelas remuneratórias dos servidores ativos. Tal trabalho resultou no Relatório nº 03/2011 – DIFIP/CONT/STC que, dentre outros pontos, registrou várias irregularidades relacionadas ao cumprimento de Horas Extras, as quais citamos:



- *limite máximo de horas desrespeitado (item III.3.1),*
- *inobservância da excepcionalidade e temporariedade da concessão (item III.3.2),*
- *carga horária excessiva (item III.3.3),*
- *aumento da despesa mensal com horas extras (item III.3.4),*
- *descaso para com a população devido ao revezamento de atendimento (item III.3.8),*
- *quantitativo de horas extras divergente dos registros consignados na documentação de frequência (item III.3.10),*
- *pagamento integral de horas extras a servidora com faltas (item III.3.12),*
- *prestação de horas extras concomitante com a escala normal de trabalho (item III.3.13),*
- *pagamento de horas extras a servidores ocupantes de cargo em comissão (item III.3.17); e*
- *deficiências no controle das horas extras em diversas regionais de saúde (item III.3.23).*

O Relatório cita, também, o Processo de Tomada de Contas Especial nº 061.022.825/93, de fevereiro de 1995, que, há vinte anos, identificava o pagamento indevido de horas extras (não prestadas) a médicos do Hospital de Base. Ainda, faz referência ao Processo nº 159/97 – TCDF, de 1997, que versava sobre a apuração de denúncias de irregularidades na prestação de serviços extraordinários no Hospital Regional de Planaltina.

A partir das constatações, foram emitidas recomendações à SES/DF, dentre as quais destacamos:

“[...]”

2. *abster-se de prorrogar a jornada de trabalho dos profissionais de saúde, em razão dos riscos inerentes à atividade;*

3. *adequar as horas extras ao disposto no art. 74 da Lei nº 8112/1990;*

(...)

8. *averiguar se as horas extras pagas foram efetivamente prestadas e, conforme o caso, providenciar o ressarcimento dos valores pagos indevidamente, bem como a apuração das responsabilidades por esses pagamentos;*

(...)

12. *efetuar o pagamento das horas extras tendo como base as informações constantes dos registros de frequência, confrontadas com as escalas de serviço;(…)*

14. *elaborar o planejamento do número de horas extras com base em dados estatísticos, tais como demandas da população assistida, indicadores de produtividade ou de desempenho dos profissionais de saúde, etc, tendo em vista o caráter excepcional e temporário dessa despesa;(…)*

26. *não autorizar a prestação de serviço extraordinário por servidores ocupantes de cargo em comissão;*

27. *não autorizar a realização de serviços extraordinários para servidores com carga horária semanal de 60 horas;(…)*



29. *observar o caráter transitório excepcional da prestação de serviços extraordinários;(…)*
32. *observar o limite legal estabelecido para realização de serviços extraordinários;(…)”*

### **3.1.2 – Recomendações não atendidas referente ao Relatório de Auditoria nº 01/2011- DIRPA/CONAP/CONT/STC.**

Em 2011 foi realizada na SES/DF outra auditoria que resultou no Relatório de Auditoria nº 01/2011- DIRPA/CONAP/CONT/STC que, em seu item III.17, tratou sobre o Adicional por Serviço Extraordinário (Horas Extras). Foi detectada uma continuação do aumento da despesa mensal com horas extras, em desrespeito ao Decreto nº 30.929/2009. Verificou-se, também, uma distorção na distribuição de horas extras, com uma concentração desproporcional de horas extras para um número reduzido de 180 servidores. Também, constatou-se que o limite máximo de horas por servidor (44 horas mensais) continuava sendo desrespeitado. Desse modo, foi recomendado à SES/DF:

1. *Elaborar o planejamento do número de horas extras com base em dados estatísticos, tais como demandas da população assistida, indicadores de produtividade, desempenho dos profissionais da saúde, tendo em vista o caráter excepcional e temporário dessa despesa.*
2. *Observar o caráter transitório e excepcional da prestação de serviços extraordinários, previsto em lei.*
3. *Observar o limite referente a 2 (duas) horas de serviço extraordinário por jornada, previsto na Lei nº 8.112/90 na montagem das escalas.*
4. *Reavaliar o quantitativo de profissionais necessários para prestar atendimento à população dentro de um prazo razoável.*
5. *Promover realização de concurso público de forma a diminuir os valores pagos em caráter permanente de horas extras, de modo a se tornarem efetivamente transitórias.*

### **3.1.3 – Recomendações não atendidas referente ao Relatório de Auditoria Especial nº 02/2014 - DISED/CONAS/CONT/STC**

Em 2012, foram iniciados novos trabalhos de auditoria realizados na sede da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, com o objetivo de verificar os aspectos de regularidade, eficácia, eficiência e efetividade, identificando as causas das anormalidades e examinando a capacidade de gestão das áreas internas.

Essa Auditoria Especial teve um escopo muito mais amplo do que as anteriormente citadas e suas verificações deram origem ao *Relatório de Auditoria Especial nº 02/2014 - DISED/CONAS/CONT/STC*. Dentre seus vários pontos críticos de controle,



destacamos o ponto “R – Controle de Frequência”, em especial as seguintes questões de auditoria e suas respectivas constatações:

*R.1 – Há implementação de registro de ponto eletrônico no âmbito da SES/DF?*

*Constatação: Atraso na implantação do sistema eletrônico de ponto.*

*R.2 – O registro de frequência é diariamente acompanhado pelo chefe imediato do servidor?*

*Constatação: Acompanhamento precário da frequência dos servidores.*

*R.3 – Existe controle no órgão para a compensação de horários, nos moldes do artigo 63 da Lei Complementar 840/2011?*

*Constatação: Falhas no controle da compensação de horários.*

*R.4 – Existem servidores escalados, porém ausentes de seu posto de trabalho?*

*Constatação: Escala de serviço com irregularidades.*

*R.5 – Há descumprimento de orientações da SES/DF no âmbito das unidades de saúde?*

*Constatações: Pagamento indevido de horas extras para motoristas; descumprimento de requisitos para inclusão de servidor na escala de serviço em horário extraordinário; Servidores com quantidade superior a 44 (quarenta e quatro) horas extras por mês; Servidores que ultrapassam o limite de 12 (doze horas) por plantão.*

Ainda, em seu item *T – Acumulação de cargos*, a questão *T.2 - Há compatibilidade de horário nas acumulações, mesmo que na iniciativa privada?* Termina por constatar que existem casos de incompatibilidade de horários entre cargos.

Desse modo, o Relatório chega às seguintes conclusões sobre os pontos citados:

*“A SES/DF apresenta basicamente os seguintes aspectos quanto às dificuldades e deficiências para um controle de frequência eficiente:*

- Excesso de horas extras realizadas individualmente;*
- Não atendimento aos plantões de escalas normais e de horas extraordinárias;*
- Dificuldade de cumprimento da jornada de trabalho tendo em vista cumulação de cargos com horas extras;*
- Falta de identificação de registros no caso de compensação de horas.”*

À época, foram feitas diversas recomendações à SES/DF, das quais citamos:

- Planejar admissões de servidores nas carreiras na SES/DF de forma a coibir o pagamento de Horas Extras, como evidenciado nas admissões das carreiras de Motoristas e Enfermeiros. (item 18.5.1)*
- Providenciar o cumprimento das normas estabelecidas no âmbito da SES/DF, quanto à escalação de servidor com mais de um vínculo; 2. Manter na Comissão Permanente de Avaliação, Controle e Fiscalização das Horas*



*Extras/SES/DF, relação atualizada dos servidores que acumulam cargos de modo a não permitir o excesso; (item 18.5.2)*

- *Providenciar o cumprimento das normas estabelecidas no âmbito da SES/DF, quanto a horas extraordinárias superiores a 44 horas semanais, sendo que as situações excepcionais devem ser devidamente motivadas com a comprovação inequívoca da necessidade do serviço; (item 18.5.3)*

Sobre o descanso obrigatório durante a jornada de 12 horas e 18 horas consecutivas, verificou-se que o cumprimento de jornadas de trabalho também foi tema de análise do Relatório de Auditoria Especial nº 02/2014 - DISED/CONAS/CONT/STC, conforme abaixo:

***“18.5.4 – SERVIDORES QUE ULTRAPASSAM O LIMITE DE 12 (DOZE HORAS) POR PLANTÃO***

*A Portaria nº 145, de 11 de agosto de 2011, assim disciplina:*

*Art. 8º Nos serviços que exigem atividades contínuas de 24 (vinte e quatro) horas é facultada a adoção do regime de trabalho em escala de compensação, observada a jornada de trabalho à qual o servidor está sujeito, nas seguintes modalidades:*

*(...)*

*§ 1º Fica proibida adoção de regime de trabalho que implique em jornada ininterrupta superior a 12 (doze) horas de trabalho, nos termos das Decisões nº 210/2007 e 1231/2010-TCDF. (grifo nosso).*

*(...)”*

No âmbito da SES/DF, a jornada de trabalho é, atualmente, regulamentada pela Portaria 199 de 2014, que assim regulamente o assunto:

*Art. 8º Os horários de início e término das jornadas de trabalho e dos intervalos de refeição ou descanso, deverão ser estabelecidos previamente pela chefia imediata do servidor, de acordo com as regras desta Portaria e distribuídos conforme a necessidade e as peculiaridades de cada Unidade ou serviço, respeitado o horário de maior concentração do público e a carga horária dos servidores.*

*§ 1º O intervalo para refeição ou descanso não poderá ser inferior a 1h (uma hora).*

*§ 2º O servidor cumprirá jornada de trabalho de 4h (quatro horas), 5h (cinco horas) ou 6h (seis horas) contínuas, ou em dois turnos, totalizando jornada de trabalho de 8h (oito horas) a 10h (dez horas) respeitado o Anexo I desta Portaria e o contido no §1º deste artigo.*

*(..).*

A portaria também regula as hipóteses de jornadas de 12 e 18 horas ininterruptas, em casos excepcionais.



Além disso, a SES/DF adota interpretação dos direitos dos servidores que vai de encontro à jurisprudência sobre o assunto, a exemplo dos julgados do Superior Tribunal de Justiça no Mandado de Segurança Nº 19.336 - DF (2012/0225637-7), do Agravo em Recurso Especial Nº 494.650 - RJ (2014/0069955-0), e no Recurso Especial 2013/0405219-8 de 18/11/2014, que diz:

*“5. Assim, as citadas disposições constitucionais e legais devem ser interpretadas restritivamente, levando-se em conta a proteção do trabalhador, bem como a do paciente, observando-se o princípio da dignidade humana e os valores sociais do trabalho. Não se deve perder de vista que a realização de plantões sucessivos e intensos coloca em risco a segurança do trabalho, bem como a saúde dos profissionais e dos pacientes por eles atendidos. Trata-se, portanto, de direito fundamental que não pode ser objeto de livre disposição por seu titular.”*

Durante os trabalhos de auditoria que resultaram no presente relatório, foram detectadas situações de servidores que cumpriam jornadas de 12 ou 18 horas de trabalho consecutivas, sem que se registrassem os intervalos para descanso e alimentação obrigatórios.

Desse modo, tais jornadas resultam no pagamento indevido das horas que deveriam ser utilizadas para descanso e alimentação, pois não é razoável que se alegue que servidores desempenhem tais jornadas sem nenhum intervalo. Conforme Anexo I, observa-se a jornada de trabalho de servidores sem a identificação de período de descanso, como nos casos abaixo relacionados, referente aos processos de horas extras de outubro/2014.

Nº do Processo	Cpf
<b>0227-001270/2014</b> <b>Processo de solicitação de HE da Coordenação Geral de Saúde de Taguatinga</b>	(***.668633-**),(***.677351- **),(***.653052-**),(***.317864- **),(***.956581-**),(***.217471- **),(***.225481-**),(***.158611- **),(***.065071-**)
<b>273000461/2014, referente à concessão de HE para o Hospital do Guará</b>	(***.709401-**), (***.182571-**), (***.441613-**), (***.408731-**), (***.594161-**)

Assim, ao permitir a realização de jornadas de 12 e 18 horas consecutivas a SES/DF incorre em pagamento de horas extras em período de descanso laboral de servidores, além de permitir que se coloque em risco a saúde dos profissionais e da população atendida.

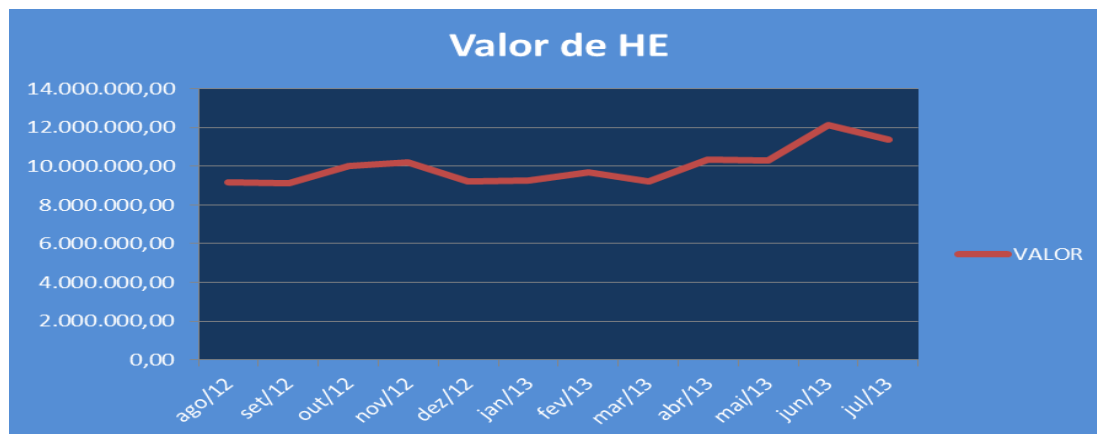
### **3.1.4 – Recomendações não atendidas referente ao Relatório de Inspeção nº 01/2015- DIRPA/CONAP/CONT/STC.**





No ano de 2013, foi realizada nova Inspeção na SES/DF. Nessa Inspeção, os pontos de controle foram selecionados de modo a verificar a regularidade dos pagamentos das rubricas referentes a horas extras.

Os exames apontaram a continuidade dos problemas já registrados nos relatórios anteriores. Demonstrou-se que no período analisado o valor total de horas extras pagas saltou de R\$ 8.978.955,25 em agosto/2012 para R\$ 12.123.015,04 em junho/2013:



Fonte: SIGRH período: Ago/2012 a Jul/2013"

O relatório detalha também os problemas encontrados a seguir:

Item do relatório	Problema
III.1	Servidores com previsão na escala de hora extra sem executá-la, contudo escalados novamente em meses subsequentes.
III.2	Servidores punidos por descumprir carga horária contratual, todavia escalados para prestar horas extras.
III.3	Servidor escalado em hora extra com saída antecipada do plantão.
III.4	Servidores com horários concomitantes.
III.5	Servidor exercendo especialidade médica não correlata com a contratual em outras unidades de saúde em regime de horas extras.
III.6	Servidores laborando em horário extraordinário em meses ininterruptos.
III.7	Servidores com ausências nas escalas de serviço contratual e extra.
III.8	Escala de serviço não lançadas no trakcare.
III.9	Servidores com carga horária excessiva.
III.10	Escala divergente da praticada na unidade.
III.11	Servidores escalados, mas sem local para realização de atendimento.
III.12	Folhas de ponto rasuradas.
III.13	Servidor recebendo horas extras sem as executá-las.
III.14	Unidade com ponto eletrônico implantado, todavia pagamento de horas extras por folha de registro manual.
III.15	Unidade com pontos eletrônicos danificados por vandalismo.
III.16	Servidor afastado executando hora extra.



Item do relatório	Problema
III.17	Precariedade de informações sobre Produtividade.
III.18	Ponto Eletrônico Parcialmente Implantado.

O relatório termina por emitir uma série de recomendações, das quais destacamos:

(...)

3. *Reduzir o valor dispendido a título de horas extras em decorrência das contratações ocorridas no período.*

4. *Planejar as admissões de servidores de forma a diminuir o pagamento de horas extras.*

5. *Elaborar o planejamento do número de horas extras com base em dados estatísticos, tais como demandas da população assistida, indicadores de produtividade, desempenho dos profissionais da saúde.*

(...)

7. *Alterar o que determina o art. 5º da Portaria nº 199/2014, a fim de se adequar aos termos da Decisão nº 3072/2002. TCDF.*

8. *Instituir procedimentos para cumprir o que dispõe o § 3º do artigo 46 da Lei Complementar nº 840/2011, que trata sobre a comprovação anual da compatibilidade de horário, com o objetivo de se evitar concomitância de horários.*

9. *Observar o caráter transitório e excepcional da prestação de serviços extraordinários, previstos em lei.*

10. *Fazer cumprir no âmbito da SES/DF os termos das Decisões nº 210/2007 e 1231/2010-TCDF.*

11. *Elaborar as escalas priorizando o interesse público.*

12. *Montar as escalas de serviço de acordo com a estrutura física e em caso de equipes cirúrgicas, somente após a disponibilidade de todos profissionais necessários.*

13. *Priorizar a escala noturna apenas com hora contratual, na confecção das escalas de serviço.*

14. *Atentar para o fiel cumprimento da escala prévia de hora extra, a fim de se evitar realizações de horas não autorizadas.*

15. *Disponibilizar na publicação das escalas de serviço da SES/DF, na internet, a separação das escalas entre Contratuais e Extras.*

16. *Não utilizar controle de ponto manual para justificar pagamentos de horas extras em unidades que possuem controle de ponto eletrônico.*

(...)

21. *Utilizar o TrakCare como ferramenta gerencial, com emissão de relatórios que compare a produtividade do servidor com relação as horas contratuais e extras.*

22. *Aperfeiçoar o sistema de ponto eletrônico de modo a diminuir a necessidade de ajustes por parte da chefia, e integrá-lo ao SIGRH de forma a não existir lançamentos de rubricas de forma manual.”*



Assim, o relatório foi encaminhado à SES/DF, ainda no ano de 2013, por meio do processo nº 480.000.365/2013.

Entretanto, como demonstrado pelos achados relatados no presente relatório, a Secretaria de Saúde não tomou as providências necessárias para cumprir as recomendações nem para responder ao Controle Interno sobre a resolução dos problemas encontrados. Desse modo, por período superior a um ano, a SES/DF se manteve inerte quantos aos problemas apontados quando deveria ter tomado providências para solução.

### **Manifestação do Gestor**

1- A avaliação, controle e fiscalização das horas extras da SES/DF está em processo de transição, será avaliada pelo núcleo de hora extra da DIPDEMA/SUGETES, onde são lotados aproximadamente oito servidores, entre eles administradores e técnicos administrativos. A DIPDEMA é uma diretoria que integra várias áreas do planejamento de pessoal, incluindo contratos temporários, dimensionamento de pessoal, ampliação de jornada de trabalho entre outras;

2- A proposta da nova gestão é de responsabilizar juridicamente os gestores locais, ou seja, os Coordenadores Gerais de Saúde pelo encaminhamento da solicitação em valores, assim como os chefes de unidades e núcleo de escala/núcleo de pessoal e gerência de pessoal local;

3- Servidores com 60 horas semanais já foram orientados a não realizarem horas extras, porém havendo compatibilidade de horário, associado a necessidade do serviço e ainda a falta de servidores interessados no serviço extraordinário, a SES não tem como abrir mão dessa força de trabalho, visto o caos instalado no final de 2014;

4- O serviço extraordinário é solicitado ao servidor, conforme a sua disponibilidade de horário e dentro das 12 horas permitidas;

5- A autorização das horas extras é dada a unidade, ao setor e não diretamente a cada servidor. O chefe de unidade faz a escala e observa o seu déficit, e solicita aos servidores efetivos a ajuda para fechamento mínimo necessário ao atendimento. O chefe elabora a escala, conforme a necessidade do setor, a possibilidade do servidor e ainda para atender a todas as Portarias e recomendações dadas pela própria Secretaria de Saúde e pelos Órgãos de fiscalização interna e externa;

6- Não se trata de privilegiar um ou outro servidor, se trata de necessidade de o serviço funcionar, assim não há de se falar em privilégios, aqui a questão é que



existe um “buraco” na escala, e quem poderá colaborar. Os servidores antigos apesar do valor pago de hora extra ser maior, é o que atualmente mais colabora com as escalas, ao contrário dos novos profissionais, que preferem trabalhar na saúde privada;

7- Não existe distribuição de hora extra, existe a necessidade do serviço extraordinário para funcionamento do serviço. A excessiva concentração de horas extras em um pequeno número de servidores, deve ser avaliado por unidade, por especialidade e por categoria, pois na neonatologia o número de servidores efetivo está abaixo do razoável, para atender a essa questão. Lembramos ainda que ninguém se escala e sim é escalado.

Os servidores que colaboram com a escala podem ser os mesmos, desde que realizem o serviço e atendam às necessidades da população. A classe médica vem realizando praticamente o mesmo número de horas extras desde 2012, o que aumentou foi o salário, dando a impressão equivocada.

Os chefes de unidade têm a autonomia para elaborar a escala e cobrir seus déficits, conforme a disponibilidade de hora extra concedida pelo Coordenador Geral, e ainda escalar em horas extras os servidores conforme o seu entendimento, a sua avaliação;

8- A escala de cada servidor é elaborada pelo chefe do setor e incitada no sistema do TRACK, que deve observar a escala de horas consecutivas ou não. Não há interesse da Secretaria de Saúde em sobrecarregar o servidor, com plantões sucessivos e sem intervalo, porém há interesse em atender a população que procura o Sistema de Saúde Pública. O limite entre essas questões é motivo de avaliação constante dos gestores da pasta.

As irregularidades apresentadas no Anexo I, serão encaminhados para Corregedoria da Saúde a fim de conhecimento e providências correcionais.

Restituímos a Vossa Senhoria com as considerações da então Comissão Permanente de Avaliação, Controle e Fiscalização das horas extras da SES/DF, para conhecimento e providências junto a Controladoria Geral da Saúde.

Sugiro que a Controladoria Geral realize auditorias diretamente nas unidades de saúde que utilizam o serviço extraordinário e que cada gestor local possa tomar conhecimento das suas irregularidades e principalmente da presente auditoria referente aos processos de outubro/2014. Sem mais, me coloco a disposição da Controladoria Geral do Distrito Federal para maiores esclarecimentos.

## **Análise do Controle Interno**



Pelo exposto, conclui-se que a SES/DF não tem promovido as correções das falhas apontadas nos controles de concessão de horas extras. Desde o ano de 2010 foram realizados diversos trabalhos de fiscalização que apontaram graves problemas. Assim, a análise retrospectiva deixa evidente a negligência dos gestores em promover a melhoria dos procedimentos de concessão de horas extras.

Constatou-se, também, que a elaboração das escalas não tem sido suficiente para o atendimento da população, evidenciando-se a desconsideração do interesse público na montagem das escalas de serviços, privilegiando-se o interesse de servidores. Além disso, é relevante o fato de não ter sido apontada qualquer responsabilização dos referidos gestores quanto às inconsistências apontadas.

A insuficiência de atos de gestão, por parte da SES/DF impossibilita a modificação do quadro emergencial de necessidade de profissionais, o qual é utilizado como justificativa para reiteradas concessões de horas extras.

Os gestores da SES/DF continuam a alegar a excepcionalidade como motivação para a utilização de horas extras nas unidades de saúde. Entretanto, o que se verifica é a habitualidade na prestação do serviço extraordinário ao longo dos anos o que desconfigura a excepcionalidade alegada pelos gestores da Secretaria de Saúde. Ressalte-se que as horas extras são uma alternativa muito cara e pouco eficiente de se disponibilizar os profissionais necessários à prestação dos serviços à população.

Por fim, considerando os fatos apurados, percebe-se que não há um efetivo controle dos processos referentes ao serviço extraordinário, bem como também resta comprovada a insuficiência da análise prévia dos gestores das unidades que demandam horas extras.

### **Recomendações**

1. Promover a integração das áreas responsáveis pelo planejamento de pessoal visando a possibilitar celeridade e economia processual para pagamento de horas extras.
2. Abrir procedimento administrativo para promover a responsabilização dos gestores que se omitiram do dever de solucionar os problemas reiteradamente apontados nos diversos trabalhos de fiscalização realizados ao longo dos anos.
3. Abster-se de autorizar a realização de horas extras por servidores que cumpram jornada de 60 horas, atentando para a vedação contida no acórdão do STJ relativo ao Mandado de Segurança nº 19.336, de 26 de fevereiro de 2014.



4. Abster-se de autorizar a realização de horas extras em situações em que o servidor realize jornada maior que 12 horas.
5. Abster-se de autorizar horas extras para servidores cujas escalas de trabalho não respeitem a exigência constitucional de descanso semanal remunerado.
6. Privilegiar, na concessão de horas extras, os servidores que tiverem hora de trabalho mais baratas o que, por consequência, diminuirá o valor total de horas extras a serem pagas, considerando o princípio da economicidade.
7. Distribuir de forma equânime, entre os servidores, as horas extras necessárias, de modo a impedir a excessiva concentração de horas extras em um pequeno número de servidores.
8. Impedir que se escalem servidores, em horas extras ou não, em plantões sucessivos e sem intervalo.
9. Controlar, por meio do CPF, o cumprimento de horas extras por servidores com mais de uma matrícula, de modo a impedir a realização jornadas excessivas.

#### IV – CONCLUSÃO

O presente relatório objetivou atender a demanda estabelecida pelo artigo 2º do Decreto nº 36.273, de 16 de janeiro de 2015, referente ao pagamento de Horas Extras, na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

A apuração dos fatos resultou na seguinte matriz de responsabilização:

Órgão/Unidade	CPF	Período	Itens
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal	(***.988354-**)	2011 a 2014	1.1.1, 1.1.3, 1.1.4, 1.1.6, 1.1.7, 2.1.8 e 3.1.
	(***.024711-**)	2014	1.1.1, 1.1.3, 1.1.4, 1.1.6, 1.1.7, 2.1.8 e 3.1.
	(***.282721-**)	2014	1.1.1, 1.1.3, 1.1.4, 1.1.6, 1.1.7, 2.1.8 e 3.1.
	(***.241096-**)	2015	1.1.2, 1.1.3, 1.1.4, 1.1.6, 1.1.7, 2.1.8 e 3.1.
SUGETES	(***.487696-**)	2011 a 2014	1.1.1, 1.1.3, 1.1.4, 1.1.6, 1.1.7, 2.1.8 e 3.1.
	(***.011616-**)	2015	1.1.2, 1.1.3, 1.1.4, 1.1.6, 1.1.7, 2.1.8 e 3.1.
Comissão Permanente de Avaliação, Controle e Fiscalização das Horas Extras	(***.007051-**)	2011 a 2015	1.1.1, 1.1.2, 1.1.3, 1.1.4, 1.1.6, 1.1.7, 2.1.6, 2.1.8 e 3.1.



É oportuno destacar que a SES/DF não apresentou restrição quanto ao método, extensão e execução dos trabalhos de auditoria.

Recomenda-se o encaminhamento do presente relatório à SES/DF para conhecimento e providências.

Brasília/DF, 07 de julho de 2015.

### **CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**

Texto adaptado à Portaria nº 58, de 11 de abril de 2013, da então Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal.